



3

VICTOR MANUEL DURAND PONTE

---

ESTADO E BURGUESIA NO MÉXICO



Para a grande maioria dos mexicanos, o Estado aparece como se estivesse efetivamente por cima das classes sociais. As teses de que foi o Estado Mexicano que criou a burguesia, de que o Estado tem um poder indiscriminado para impor sua vontade ao resto da sociedade, de que a burguesia é fraca e carece de poder para enfrentar o Estado são muito freqüentes, mesmo entre os universitários.

Não há dúvida que a base desta confusão está, em grande parte, na chamada ideologia da Revolução Mexicana, que envolveu a luta de classes, a exploração do proletariado pela burguesia, em uma ampla trama de conceitos e falsas percepções da realidade. Não é raro que os políticos, nos seus discursos, sustentem barbaridades, como a afirmação de que o México não é nem capitalista nem socialista, ou formulações tão falsas como a opinião de que seu governo ou os governos emanados da Revolução Mexicana respondem unicamente aos interesses do povo. É perfeitamente compreensível a existência desta ideologia, que aparece como a representação falsa ou invertida da realidade. Porém, não é compreensível que os cientistas-sociais que se preocupam com a realidade mexicana não tenham realizado trabalhos para tentar conhecer a relação entre Estado e burguesia, referindo-nos apenas ao tema tratado neste artigo.

Este trabalho não pretende preencher esse enorme vazio; nosso objetivo se reduz a tentar uma análise da posição que tem cada setor da burguesia dentro do bloco de poder que controla o Estado Mexicano, buscando destacar a existência de algum setor hegemônico. A apresentação do material estará de acordo com a seguinte ordem: depois de uma breve introdução teórica, que pretende mostrar nossa posição ao leitor, estudamos, na primeira parte, as relações entre o Estado e a burguesia nas suas formas mais abstratas, isto é, no interior da superestrutura, fundamentalmente leis e declarações oficiais; na segunda parte, analisamos o poder econômico de cada setor da burguesia e, finalmente, na terceira, apresentamos os conflitos entre os setores da burguesia, o que nos permitirá concluir sobre o objeto deste trabalho.

## INTRODUÇÃO

Sustenta-se, na teoria marxista, que qualquer Estado é um Estado de classe, da classe dominante da formação social que se considere. Assim, dentro do modo de produção capitalista, ou dentro das formações sociais onde o modo de produção capitalista é o dominante, o Estado é, necessariamente, burguês. Isto é, deve estar a serviço da burguesia e da reprodução do sistema capitalista.

O caso mexicano não é, de maneira alguma, uma exceção. O Estado Mexicano, a partir de 1940, para limitar-nos ao período analisado neste artigo, tem estado a serviço da burguesia que opera no país. Nas páginas deste trabalho mostram-se as evidências ao nível ideológico, assim como ao nível dos atos do governo.

Assim, o fato da burguesia ser a classe dominante e o Estado estar ao seu serviço, não implica — na teoria também não implica<sup>1</sup> — que a burguesia controle diretamente o aparelho do Estado. A razão fundamental disto é que, paralelamente ao desenvolvimento da burguesia, se forma o proletariado<sup>2</sup>. O período cardenista (1934/40) mostrou claramente para a burguesia o poder do proletariado, evidenciou a sua capacidade de a suprimir do sistema social. A conformação do Estado como uma ditadura institucionalizada (edificada sobre a derrota das classes dominadas, que se consumou com a incorporação dessas ao Partido Revolucionário Institucional e submetidas à ala reacionária, tanto em suas organizações como dentro do Partido) significou para a burguesia a possibilidade de reinar sem ter que aparecer ante os olhos do povo, e de muitos analistas, como a responsável da miséria e, em geral, das desigualdades existentes.

Através da ditadura institucional, que exclui da classe governante a burguesia, criou-se o milagre de fazer crer aos mexicanos que o Estado está por cima das classes sociais. A burguesia não só ficava fora do governo, mas também aparece como dominada pelo Estado.

Além dessa razão, que explica a incapacidade da burguesia para tomar o controle direto do Estado, existe outra, teoricamente, que indica a coexistência, no seio da classe dominante, de várias frações correspondentes a diferentes modos de produção, como é o caso típico dos países capitalistas europeus, onde existe a nobreza, que mantém o controle do Estado, ou, ainda, as nações latino-americanas, onde as chamadas "oligarquias" compartilham ou compartilharam o poder com a burguesia. Mas, depois de 1940, no México este problema não existe, uma vez que a reforma agrária, sobretudo durante o período cardenista, acabou com os restos das classes pré-capitalistas dominantes<sup>3</sup>. No México, ao nível da classe dominante, não existe senão a burguesia, dividida nas frações originadas no modo de produção capitalista.

Não obstante, e devido ao caráter dependente do país, existe, entre as frações da burguesia, uma que pertence ao imperialismo — representada pelos inversionistas estrangeiros ou pelos que controlam as corporações multinacionais. Esta fração, com pretensões francamente hegemônicas sobre a economia e a estrutura política do país, impede também que a burguesia se apodere diretamente do aparelho do Estado.

Isto é possível porque a burguesia está prenhada pelo imperialismo, debilitando ao máximo sua identificação nacional. A burguesia, como demonstraremos no trecho referente aos seus conflitos internos, invariavelmente tomou o partido do imperialismo quando este enfrentou o Estado Mexicano. Em outras palavras, a burguesia mexicana perdeu a sua capacidade para representar os interesses gerais do México como nação, isto é, de aglutinar as diferentes classes em torno de interesses comuns, em torno de seus próprios interesses. Representa, então, os interesses da burguesia internacionalizada dominada pela imperialista<sup>4</sup>.

Esta característica da burguesia mexicana, que desde antes de 1940 já se manifestava, como veremos mais adiante, assigna ao grupo que controla o Estado, e que, no México, corresponde a uma classe política bem arregimentada e nutrida, basicamente, pelas classes médias, a condição de defensor da autonomia nacional. A contradição entre a economia dependente e o Estado-Nação, muitas vezes assinalada pelos estudiosos da dependência, assume plena vigência nas relações entre Estado e burguesia. Esta tendência do Estado nas sociedades dependentes evidencia-se com grande força no fato de que, no seio do Estado, vai se criando um setor da burguesia: a burguesia do Estado. No México, esta burguesia de Estado tem se convertido, pouco a pouco, em um dos setores hegemônicos da classe no seu conjunto ou no bloco de poder, aparecendo como a única capaz de competir com a fração imperialista.

Entre as razões apontadas para explicar a incapacidade da burguesia para governar diretamente, surgem os problemas que devem ser esclarecidos. Por um lado, por que o Estado tem que abraçar os interesses materiais da burguesia, se esta se encontra, inclusive, fora do grupo que governa diretamente? Por outro lado, onde está a capacidade do Estado para poder enfrentar a burguesia ou para poder ainda criar em seu seio a mencionada burguesia de Estado? Em outras palavras, como se pode dizer que o Estado Mexicano, ao mesmo tempo, serve aos interesses da burguesia e se opõe a ela?

Como se sabe, tanto a existência da burguesia como do Estado depende do desenvolvimento e reprodução do modo de produção capitalista, isto é, ambos estão determinados pelo desenvolvimento das forças produtivas e especificados pelas relações sociais de produção, ou seja, pela luta de classes. No entanto, na medida em que o Estado capitalista, qualquer que seja ele, promova o desenvolvimento das forças produtivas, estará beneficiando a burguesia, dado que o sistema se baseia na apropriação privada da produção social. Neste sentido, pode-se dizer que todo desenvolvimento do Capitalismo beneficia a burguesia ou, ao menos, seu setor hegemônico. Por isto, qualquer

Estado capitalista tem, necessariamente, que abraçar os interesses materiais da burguesia, qualquer que seja a sua força política.

Mas esta submissão do Estado ao econômico não responde a um determinismo absoluto. Na carta que Engels escreveu a Marx, em 10 de abril de 1866, e que citamos no início deste trabalho, lê-se: "a forma normal de governo é uma semi-ditadura bonapartista que leva adiante os interesses materiais da burguesia, ainda que contra ela mesma..."; o que significa *ainda que contra ela mesma*, senão uma relativa autonomia do Estado frente à burguesia? Mas como explicar essa autonomia relativa?

Assim como a burguesia é incapaz de governar diretamente, o fato de se basear sobre a apropriação privada e ter como objetivo a maior taxa de lucro possível a torna irracional economicamente — aqui nos referimos ao conjunto da sociedade, e não ao interior das suas empresas, onde se comporta racionalmente — obrigando o Estado a intervir para corrigir o curso da economia, intervenção esta que, freqüentemente, afeta os interesses de alguma parte da burguesia. Assim, está na lógica do sistema a necessidade do Estado de intervir sobre o econômico. No caso mexicano isto é mais evidente, desde o momento em que o desenvolvimento da indústria, para citar um exemplo, dependeu da proteção do Estado, para protegê-lo da competição exterior. As formas ou os mecanismos que asseguram para o Estado esta capacidade de intervir ou, de maneira mais geral, que dão apoio à autonomia relativa do Estado, não serão tratados aqui. Na segunda e terceira partes deste trabalho, eles serão especificados para o caso mexicano.

Já se sabe que a relativa autonomia do Estado se torna maior nos chamados casos de exceção<sup>6</sup>. Mas como se poderia utilizar isto para o caso mexicano, principalmente depois de 1940, se classes subalternas estão subjugadas? Isto é, sem capacidade de estabelecer qualquer aliança, estão totalmente controladas pelas organizações do Estado e, para certos efeitos políticos, não é possível utilizar como aliança a sua manipulação e, menos ainda, considerar que existe algum equilíbrio de classe. Por isto, parece-nos um grave erro o uso de termos como o "populismo" para descrever esta etapa da História Mexicana. De nenhuma maneira se trata de um regime de exceção, mas, sim, de algo normal, que se expressa em uma ditadura institucionalizada, na qual a burguesia cedeu o controle do poder político e da sociedade.

Assim, não há dúvida que o Estado Mexicano está a serviço da burguesia e tomou a forma de uma ditadura institucionalizada. Mas não conhecemos qual é a posição de cada um dos setores da burguesia que opera no país, isto é, a nacional, a imperialista e a estatal, e nos

distintos setores da economia e dentro da estrutura do poder econômico e político. Passemos, então, à sua análise.

## I. ESTADO E BURGUESIA

No nível mais geral, no nível da ideologia e do direito, no qual se refletem, de uma maneira inversa ou mistificada, relações sociais que têm plena vigência na estrutura, pode-se ver que, desde o final do cardenismo, são promulgadas uma série de leis, que têm como finalidade impulsionar o desenvolvimento do país comandado pela burguesia.

Sob a presidência de Manuel Avila Camacho, em 1940, este esforço continuou; quando este novo presidente tomou posse, declarou: "Concentrarei meu empenho em fazer florescer a parcela dos camponeses, estendendo-lhes todos os empenhos de que possa dispor o país. Extremaremos a proteção à pequena propriedade, não só para defender a que já existe, mas que também vastas extensões incultas se transformem em pequenos e novos campos de exploração agrícola"<sup>8</sup>.

O propósito de favorecer a pequena propriedade do campo não se limitou a essas declarações; na realidade, efetivaram-se muitas medidas práticas no mesmo sentido, medidas que se iniciaram no período cardenista (1934/40). No dia 1º de março de 1937, se assinou o decreto para proteger a criação de gado, visto que, pela reforma agrária, muitos criadores deixaram de inverter, por falta de segurança sobre suas propriedades, assim como sobre seus capitais. O decreto, que se agregou ao Código Agrário, dispunha que não eram expropriáveis os pastos necessários para a criação de 500 cabeças de gado *vacum* ou o seu equivalente em gado menor. No Código Agrário, aprovado no dia 29 de outubro de 1940, se declarava intocáveis não só 100 hectares de terra irrigada, mas até 300, se estivessem destinadas à cultura de banana, café, cacau ou frutas<sup>9</sup>.

Durante o governo de Avila Camacho, esta tendência de proteger a pequena propriedade agrícola se intensificou, tanto quanto decresceu o ritmo da distribuição da terra. Em 1942, o Código Agrário foi reformulado novamente, a fim de dar mais garantias à pequena propriedade, assim como aos *ejidatários*. Estabeleceu-se a expedição de títulos individuais às parcelas *ejidais*, para protegê-las, segundo foi dito contra as malversações das autoridades. Mas a verdade é que também limitava profundamente o caráter coletivo que o regime anterior havia procurado dar aos *ejidos*. Também estendeu-se a proteção às propriedades que conservavam os fazendeiros depois da distribuição da terra, passando a considerá-los como agricultores de tamanho médio<sup>10</sup>.

Avila Camacho também favoreceu a pequena propriedade quando criou a inamovibilidade dos magistrados da Suprema Corte, que havia sido suspensa por Cárdenas para evitar a oposição às suas reformas. A inamovibilidade dos magistrados estava destinada a tranquilizar os membros da burguesia, que se queixavam amargamente de que todos os atos da Corte lhes eram desfavoráveis, pois estavam submetidos ao presidente da República.

A outorga de plena segurança à pequena propriedade foi consolidada com as reformas ao art. 27 da Constituição, efetuadas poucos meses depois que Miguel Alemán Velasco assumiu a presidência da República, em 1946.

A reforma introduziu várias mudanças: aumentou-se o tamanho das parcelas ejidais de 10 para 20 hectares, passou-se a considerar como pequena propriedade as glebas de 150 hectares dedicadas à cultura do algodão; sobre as glebas que poderiam ter 300 hectares, aumentou-se o número de culturas que daria a tal extensão o caráter de pequena propriedade; estabeleceu-se as equivalências entre os diferentes tipos de terra e a terra irrigada, da seguinte forma: dois hectares de terra de boas condições climáticas para quatro hectares de pastos de boa qualidade ou oito de terreno acidentado ou, ainda, de pastos em terrenos áridos; criou-se, assim, a possibilidade de obter-se pequenas propriedades de 800 hectares. Incorporou-se a pequena propriedade pecuária e o mais importante é que se sancionou a procedência do juízo de amparo para propriedades que obtiveram certificados de inalienabilidade. Mesmo que a qualidade das terras se transforme, por melhorias introduzidas pelo proprietário das pequenas propriedades mencionadas, procede igualmente o juízo de amparo para quem tem o certificado de inalienabilidade.

Assim, colocou-se um limite físico, em termos da terra expropriável para ser distribuída, fixando as bases para o desenvolvimento da agricultura capitalista. Lucio Mendieta y Nunes justificava a reforma alemanista dizendo que: "Os fins da pequena propriedade são econômicos e sociais. Com ela trata-se de criar uma classe média rural, satisfazer as necessidades de uma família dessa classe e assim sendo, deve-se atender a produtividade da terra para fixar sua extensão; quanto menor for a produtividade da terra deve ser maior a extensão e não ao contrário"<sup>11</sup>.

Ainda que obviamente a expressão "classe média rural" esconde a formação de uma burguesia rural, na qual entrariam todos os antigos proprietários, a citação parece correta, enquanto indica o verdadeiro sentido da reforma.

Este trato preferencial à pequena propriedade foi acompanhado pela criação de obras de infra-estrutura, principalmente estradas e

irrigação, que passaram a favorecer mais ainda este tipo de propriedade da terra; os dados que confirmam esta afirmação estão indicados no trecho sobre o poder econômico da burguesia.

A burguesia industrial também teve seus direitos protegidos, não somente pelo controle do proletariado, mantido dentro de uma política de colaboração de classe e, ainda, traído por seus líderes, permitindo uma faixa de aumento de salários sumamente lenta que, em termos reais, se reduziu entre os anos de 1940 e 1950. Foi favorecida também pela ideologia do governo, que via na industrialização do país a sua própria salvação; somente através desta poderia ser autônomo e independente do imperialismo.

A ideologia industrializante, que surgiu no regime cardenista, se fortaleceu depois de 1940. Contudo, o espírito que animava a industrialização era ainda débil no princípio do regime de Avila Camacho. No dia 8 de julho de 1941, quando falou para os agrônomos do México, disse: "O México não deve procurar ser um país exclusivamente industrial; deve, em compensação, se empenhar para ser um país primordialmente agrícola. Sendo o primeiro, perpetuaria a sua debilidade e ficaria indefeso ante os impulsos dos sistemas econômicos estrangeiros, mais fortes do que nós e decididos a lutar pela preponderância dos mercados. Sendo o segundo não terá feito senão assegurar a sua prosperidade, partindo de suas autênticas possibilidades"<sup>12</sup>.

No seu entendimento, era necessário, primeiro, gerar o desenvolvimento agrícola, para satisfazer o mercado interno e competir com produtos agrícolas no mercado externo, e, somente depois disto, empreender o esforço industrializador. De fato, o desenvolvimento industrial do México foi, em grande parte, sustentado pela agricultura, mas não como etapa sucessiva, porém dentro do mesmo processo.

Mas, já no mês de fevereiro de 1944, o apoio à agricultura e o desejo de ser um país fundamentalmente agrícola tinham ficado atrás. Em um discurso pronunciado durante a comemoração do XXV Aniversário da Fundação das Câmaras Industriais do México, afirmava: "Passaram os dias em que o interesse direto das autoridades podia se limitar ao plano da produção agrícola do país. Por maior que seja a devoção que temos pela produção de nossos campos e ainda nos pareça indispensável dedicar à intensificação desse rendimento os nossos melhores cuidados, ocorre que, dentro do quadro da economia contemporânea seria im procedente restringir nossas possibilidades de operação à agricultura já que a experiência de cultura de nosso próprio solo demonstra concretamente a urgência de dispor de implementos mecânicos adequados. A deficiência que se originou em nossa carência desse tipo de maquinária, constitui um sintoma inquestionável

de que toda economia sadia é conseqüência lógica de um equilíbrio efetivo entre atividade na terra e na oficina, entre a fábrica e o campo e para não falar do operário e do comerciante, entre o industrial e o agricultor"<sup>13</sup>.

A indústria já aparecia ante os olhos do governo não só como um meio para desenvolver o país, mas também como uma necessidade inevitável para superar o problema que se originava em outros setores da economia e do comércio exterior, isto é, nas relações com o imperialismo e nas relações de dependência que este originava. A indústria se convertia agora, no interior da ideologia do regime, no último recurso para evitar a dependência do país.

No mesmo discurso citado antes, podemos ler o seguinte parágrafo, que comprova o acima mencionado: "Vivemos durante muitos anos sujeitos a um regime semi-colonial. Nossos primeiros intentos de independência estrelaram-se contra esse regime. E foram precisos grandes fracassos, fundos pesares e múltiplos sacrifícios para que o México se advertisse que, sem a liberdade econômica, a independência política supõe uma promessa admirável, ainda que amiúde mais teórica que real"<sup>14</sup>.

A industrialização passou a ser, assim, o novo núcleo da ideologia do Estado, e era necessário subordinar a ela todos os esforços e, também, apoiar, incentivar e proteger a burguesia nacional, em cujas mãos se colocava o destino do país. Depois de Avila Camacho, todos os presidentes, sem exceção, que o sucederam, deram à indústria o papel mais relevante dentro da economia.

Da mesma forma que na agricultura, a legislação sobre a indústria é uma prova cabal do apoio do governo à burguesia.

A Lei de Fomento de Indústrias Novas e Necessárias, promulgada em 1955, tem antecedentes no Decreto de 1926, pelo qual se exonerava de impostos federais por três anos todas as empresas nacionais de capital nacional que não excedessem a cinco mil pesos ouro e cumprissem os requisitos sobre o emprego de mão-de-obra e o uso de matérias-primas locais. Em 1939 se assinou um novo decreto, aplicável unicamente a empresas que se organizaram no país para desenvolver atividades totalmente novas. Devido às deficiências deste decreto <sup>15</sup>, este foi revogado e, no seu lugar, se promulgou a Lei de Indústrias de Transformação, de 1941; esta lei, depois de algumas reformas parciais, foi substituída pela Lei de Fomento de Indústrias Novas e Necessárias, de 1955, que vigorou até 1973. Nesta última lei, os critérios para outorgar a ajuda são mais seletivos que as anteriores e tratam, ainda que de maneira tímida, de proporcionar alguma orientação ao desenvolvimento industrial, dando ao Estado maior intervenção no desenvolvimento industrial.

Em um relatório sobre a política industrial do México e o desenvolvimento econômico, preparado por NAFINSA e CEPAL, lê-se: "A Lei de 1955 incluiu pela primeira vez disposições que procuravam reservar ao Estado um papel mais ativo na orientação da inversão industrial e evitar que se concedesse em demasia privilégios a indústrias com margem de lucro excessivo. Em relação ao primeiro aspecto, autorizou as Secretarias de Indústria e Comércio, da Fazenda e de Crédito Público a declarar por decreto, novas ou necessárias, as atividades que a seu critério conviessem estimular, e a cancelar as extensões concedidas a empresas cujos lucros — exceção feita aos reinvertidos — excedam do custo que teve a inversão quando começou a produção que foi objeto de franquias"<sup>16</sup>.

Esta lei, apesar dos inconvenientes relacionados com a direção do processo, significou uma ajuda importante para a burguesia. Mais de 900 empresas se beneficiaram com esta lei a partir de 1940<sup>17</sup>, o que significa uma perda nos recursos do Estado, que são cedidos à burguesia para incentivá-la em sua tarefa "redentora do país".

O Regulamento XIV da Tarifa do Imposto de Importação estabelece um regime preferencial para a aquisição de maquinaria e equipamentos no exterior para a criação de novas empresas e ampliação das existentes.

A partir de 1953, o governo começou a reduzir a aplicação do Regulamento XIV, procurando utilizá-lo de uma maneira mais seletiva. Uma série de bens que são produzidos no país foram excluídos; mais tarde, elevaram-se as tarifas alfandegárias e, em 1963, criou-se o requisito de solicitar licenças na Secretaria de Indústria e Comércio para as mercadorias suscetíveis de receber os benefícios do Regulamento XIV, com o qual o governo logrou um controle maior sobre as importações e, também, uma arma para negociar e impor decisões à burguesia.

A Lei de Ingressos da Federação, de 1967, elevou em 100% os direitos específicos e *ad valorem* de partidas sujeitas ao Regulamento, com algumas exceções. "Mas, os efeitos da alta — afirma o relatório da NAFINSA-CEPAL — foram mínimos desde o momento em que, para compensá-los concedeu-se descontos automáticos de até 50% a todos importadores, e as isenções previstas no Regulamento XIV elevaram-se de 50 a 75% na taxas para importação"<sup>18</sup>.

Existe outra série de medidas, dentro da política fiscal, destinada a beneficiar a burguesia. Entre elas, pode-se mencionar: os subsídios à exportação de manufaturas que, na realidade, consistem em um apoio financeiro que compensa as despesas que têm que efetuar os industriais para realizar a exportação de seus produtos; estes subsídios, mesmo

quando são de escassa significação, devem ser tomados em conta dentro da política de apoio do Estado. Os incentivos à reinversão, as operações temporais de importação e exportação e o programa nacional fronteiro são outras formas de apoio.

No quadro nº 1 se percebe, aproximadamente, o sacrifício fiscal que realizou o governo em benefício da burguesia — e digo aproximado, já que não inclui todos os itens mencionados.

### Quadro nº 1

#### MÉXICO - SACRIFÍCIO FISCAL POR CLASSE DE IMPOSTOS, 1949/69

<i>Ano</i>	<i>Total</i>	<i>Importação</i> <i>(milhões de pesos)</i>	<i>Renda</i>	<i>Ingressos</i> <i>mercantis</i>	<i>Exportação</i>
1949	69 776	31 594	21 511	12 979	3 692
1950	79 707	30 810	29 544	17 866	1 487
1951	108 330	41 187	43 508	23 423	212
1952	125 620	38 144	61 582	25 864	—
1953	146 244	66 382	55 275	24 587	—
1954	130 191	60 764	35 898	33 529	—
1955	207 404	105 167	60 515	41 722	—
1956	201 017	105 280	60 506	35 231	—
1957	192 451	130 039	29 564	32 848	—
1958	160 502	107 897	21 796	30 809	—
1959	140 829	94 564	16 601	29 567	—
1960					—
1961					—
1962	130 467	75 876	23 355	31 176	—
1963	176 469	110 385	26 047	40 037	—
1964	274 789	195 718	25 843	53 227	—
1965	265 736	205 450	26 504	33 782	—
1966	200 905	124 468	37 762	38 675	—
1967	331 915	254 295	36 584	41 036	—
1968	407 194	297 314	47 622	62 258	—
1969	328 135	194 202	65 563	68 370	—

*Fonte:* Garcia Caraveo, Alonso, "La Ley de Fomento de Industrias de Transformación".

a) Não inclui isenção de impostos à importação das armadoras. Tomado de: NAFINSA CEPAL, *La Política Industrial en el Desarrollo Económico de México*, México, 1971, pág. 263, quadro 58.

A política de taxas alfandegárias é, sem dúvida, outro fator sumamente importante no amparo à burguesia; o protecionismo, apesar

disso, respondeu, como é amplamente conhecido, na sua implantação a outras preocupações dos governos mexicanos (fundamentalmente basear o desenvolvimento econômico em fatores endógenos, isolando, na medida do possível, a economia das variações do mercado internacional, e também para atender os déficits da Balança de Pagamentos ou incrementar seus recursos fiscais); é evidente que proporcionou uma ajuda à burguesia, ao menos em dois planos. Em primeiro lugar, ao isolá-la da competição *internacional*, permitindo produzir com altos custos e quase em situação de monopólio, com normas de qualidade que deixam muito a desejar, quando comparadas com as internacionais. Em segundo lugar, e intimamente relacionado com o anterior, permitiu, ao menos a algumas indústrias, operar com super-lucros, proporcionando uma concentração maior do ingresso<sup>19</sup>.

O Estado Mexicano também tem desejado proteger a burguesia nacional dos interesses da burguesia imperialista, limitando os raios de ação desta última, embora nunca, no período que estamos considerando, se opôs a ela<sup>20</sup>.

A primeira lei que pretende regular a inversão estrangeira foi aprovada em princípios de 1974, não obstante seus antecedentes se remontam (excetuando o artigo 27 da Constituição, cujas disposições são muito gerais) ao Decreto de 1944, segundo o qual os mexicanos deveriam ter 51% das ações das empresas que envolvem interesses estrangeiros, mas também estabelecia que os estrangeiros que pretendessem dominar uma porcentagem maior das ações, ou possuir a totalidade das mesmas, poderiam solicitar uma licença especial da Secretaria das Relações Exteriores. O decreto dispunha, também, que, em alguns ramos da economia, não poderia haver inversões estrangeiras.

Durante o regime de Miguel Alemán, verificou-se que não existia nenhuma lei que proibisse ao capital estrangeiro sua participação em uma porcentagem maior que 49%. Ficou esclarecido que o Secretário das Relações Exteriores tinha a faculdade de decidir quais empresas deviam ser incluídas nessa disposição e quais não, excluindo os ramos onde a proibição era absoluta; assim, a limitação de 49% converteu-se em uma exceção.

Depois viriam algumas leis sobre determinados ramos em particular. A Lei do Petróleo, publicada em 1959, a Lei da Mineração, de 1961, assim como a legislação sobre Bancos e Companhias de Seguros, de 1965.

Pode-se dizer que a ausência de uma legislação precisa sobre o assunto permitiu ao Estado Mexicano uma importante flexibilidade para negociar com os inversionistas estrangeiros, procurando, em termos muito gerais, impor uma linha de "mexicanização" de certos ramos

da economia, alguns dos quais foram reservados à inversão estatal, outros à nacional e alguns outros à inversão mista, com participação de capital estrangeiro.

A Lei vigente regula as áreas de inversão de uma maneira mais precisa. São reservadas ao Estado as seguintes atividades: *a)* petróleo e demais hidrocarburetos; *b)* petroquímica básica; *c)* exploração de minerais radioativos e produção de energia nuclear; *d)* mineração, incluídos os casos referidos pela lei sobre a matéria; *e)* eletricidade; *f)* ferrovias; *g)* comunicações telegráficas e radiotelegráficas e *h)* outras, que fixarem leis específicas. Ficam reservadas ao capital mexicano, com exclusão do capital estrangeiro: *a)* rádio e televisão; *b)* transporte automotor urbano, interurbano e em estradas federais; *c)* transportes aéreos e marítimos nacionais; *d)* exploração florestal; *e)* distribuição de gás e *f)* as demais especificadas por leis ou disposições regulamentares que o Executivo federal venha a decretar.

No artigo 5º da lei se estabelece a porcentagem possível de participação do capital estrangeiro nos diferentes ramos: *a)* exploração e aproveitamento de substâncias minerais: 49% quando se trata de concessões ordinárias, e 34% quando se trata de concessões especiais; *b)* produtos secundários da indústria petroquímica: participação de 40%; *c)* fabricação de peças para veículos automotores: 40% e *d)* as que constarem das leis específicas, etc.

Para os ramos restantes, a lei estabelece que a inversão estrangeira pode participar numa proporção que não exceda de 49% do capital das empresas, desde que não possua, por qualquer motivo, a faculdade de determinar o controle da empresa.

Mas, como nas disposições anteriores, a Comissão Nacional de Inversões Estrangeiras, que desempenha as funções que antes correspondiam à Secretaria das Relações Exteriores, poderá resolver sobre um aumento ou diminuição da porcentagem estabelecida.

Embora a Comissão seja formada pelos secretários do Governo, Relações Exteriores, Fazenda e Crédito Público, Patrimônio Nacional, Indústria e Comércio, Trabalho e Previdência Social e da Presidência, dificultando a tomada de uma decisão que favoreça uma empresa estrangeira, ou que prejudique os interesses nacionais, a verdade é que, com a estrutura presidencialista que existe no país, esta disposição abre as portas para que o requisito de 49%, quando não se converte em uma exceção, como no regime alemânico, estará sujeito a muitas exceções particulares; além disso, a situação de muitos ramos da indústria, como produtos de borracha, construção de maquinaria, construção de maquinaria elétrica, etc, onde o capital estrangeiro controla os 100% do capital, assim o exige<sup>21</sup>.

A estas disposições de caráter legal (que, por si mesmas, apesar de sua generalidade, já evidenciam o papel da burguesia dentro do Estado Mexicano) deveriam ser agregados os benefícios que a burguesia recebe pelos serviços que o Estado proporciona: a irrigação e outras obras que têm contribuído para o aumento da superfície cultivável do país, assim como a qualidade da já existente<sup>22</sup>; a construção de estradas e a subvenção do transporte do produto por ferrovias; a venda de energéticos e derivados do petróleo e eletricidade por abaixo do seu custo<sup>23</sup>; a previdência social que atende a grande parte da população urbana que contribui para manter os salários baixos; o caso mais óbvio é a existência de lojas, onde os membros das classes populares podem comprar produtos alimentícios a preços mais baixos que no mercado. Todo relato anterior implica a transferência de recursos do Estado para a burguesia.

Em vez de apresentar algumas conclusões parciais sobre a informação, é preferível passar a analisar o poder econômico da burguesia, a fim de contar com um maior número de elementos para concluir as relações entre o Estado e a burguesia, apreciando esta última em seus diferentes setores.

## II - PODER ECONÔMICO DA BURGUESIA

Nesta análise distinguiremos os setores seguintes: o setor financeiro, o setor industrial, o setor comercial, o setor localizado nos serviços e o setor agrícola. Em cada um dos setores trataremos de determinar — mesmo que seja de maneira aproximada — a participação neles da burguesia nacional, da burguesia imperialista e da burguesia estatal.

No período de 1940 a 1967<sup>24</sup>, o Produto Interno Bruto passou de 26,696 milhões de pesos para 114,262 milhões de pesos, o que implica, praticamente, sua quadruplicação.

Este importante crescimento do produto foi acompanhado de mudanças significativas em sua composição por setores e ramos da produção. Em 1940, o setor primário, formado pela agricultura, criação de gado, silvicultura e pesca, representava 21,5% do produto total, mas, em 1967, diminuiu a 18,4%. A mineração e o petróleo — tomados como indústrias extrativas — também diminuíram a sua participação no produto total, de 8% em 1940 para 4,7% em 1967, mas foi a mineração que motivou a diminuição, porque, de 5,4%, passou a 1,5%. A indústria — incluindo manufaturas, construção e energia elétrica — subiu de 21,9% para 31,9% durante os anos que estamos considerando, passando, assim, a representar o setor mais importante e dinâmico da

economia. O setor de serviços — transporte, governo, comércio — manteve praticamente inalterada a sua participação que, de 33,7% em 1940, passou a 32,7% em 1967. Apesar de ser a sua porcentagem maior em oito décimos que a da indústria, a sua importância é menor, porque não se trata de atividades produtivas, salvo o transporte, que cria valor no ato de transportar as pessoas e as mercadorias de um lugar a outro<sup>25</sup>, mas do processo de administração ou circulação de mercadorias submetido ao processo de produção<sup>26</sup>.

Pelos dados anteriores pode-se perceber, desde já, que o setor industrial da burguesia ganhou posições dentro da economia, deslocando fundamentalmente os setores agrários e mineiros. Mas os dados, embora indicativos, são muito gerais e escondem a divisão da burguesia segundo a propriedade do capital nacional, imperialista ou estatal. Analisemos cada setor em separado, para tentar conhecer suas diferenças.

*O Setor Financeiro* — Em termos gerais, é possível dizer que o sistema financeiro como um todo, isto é, sem distinguir entre público e privado, aumentou sua importância dentro da economia nacional, na medida em que esta se desenvolveu — e, inclusive, proporcionalmente, seu crescimento tem sido muito mais rápido. A relação de passivos financeiros no ingresso nacional — considerando a relação como indicador do desenvolvimento financeiro — passou de 27,0% em 1950 a 28,5% em 1960, chegando a 40,9% em 1966, sendo que sua taxa de crescimento foi superior à do produto durante os mesmos anos.

Da mesma maneira, o sistema financeiro se modernizou, como indica a relação entre passivos monetários e não-monetários. Em 1940, os passivos monetários representavam, aproximadamente, 75% do total de passivos e, em 1968, a porcentagem desceu para 35%, aproximadamente<sup>27</sup>.

A política financeira do país é ditada pelo Banco do México S/A, permitindo ao Estado um controle sobre as instituições privadas que dependem das suas disposições. Assim, o Estado controla uma série de Bancos destinados, geralmente, a financiar setores específicos da economia que são pouco atraentes para o sistema bancário privado. Entre estes Bancos estão: Banco Nacional de Crédito Agrícola, Nacional Financeira S/A, sem dúvida a instituição creditícia mais importante do país, o Banco Nacional de Obras e Serviços Públicos S/A, o Banco Nacional de Crédito *Ejidal*, etc. Estas instituições, entre outras, garantem ao Estado um controle mais ou menos geral sobre a política financeira<sup>28</sup>.

Isto não significa, de maneira alguma, que os Bancos privados não tenham importância no país, ou que sejam controlados totalmente

pelo Estado; apenas queremos indicar, desde já, que é neste setor que se dividem os interesses entre a burguesia e o Estado, sendo este último o mais importante, dada a sua posição na tomada de decisões sobre a política financeira global.

Os Bancos privados funcionam basicamente para depósitos, controlando a poupança dos mexicanos, que aplicam mais ou menos de acordo com sua própria vontade, dentro das normas marcadas pelo Banco do México.

Os Bancos privados no México estão altamente concentrados, sendo que somente seis Bancos controlam praticamente a totalidade dos depósitos do país. O Banco Nacional do México e o Banco de Comércio, os dois principais Bancos privados do país, dispõem juntos de 52% do total da poupança, tendo os dois uma importância similar. O Banco Internacional, que ocupa o terceiro lugar, controla 12,9% dos depósitos; o Banco de Londres e México, 9,5%; o Banco Mexicano, 7,5% e, finalmente, o Banco Comercial Mexicano, 6,6%. Assim, seis Bancos controlam 88% dos depósitos do país. Sem dúvida, o crédito privado encontra-se praticamente em suas mãos<sup>29</sup>.

Obviamente, quando se trata deste tipo de instituições, a burguesia financeira encontra-se ligada estreitamente a outros setores da burguesia. José Luis Ceceña escreve a respeito: "Os principais grupos que formam a oligarquia encontram-se concentrados ao redor dos grandes Bancos de depósitos, por serem estas instituições de crédito o principal receptáculo da poupança pública. A partir destas instituições de crédito os integrantes da oligarquia ramificam seu domínio e influência econômica sobre uma grande variedade de empresas. A situação prevalecente a este respeito, em nosso país, tomando como base os seus grandes grupos da oligarquia, é a seguinte:

	Nº de empresas	recursos
1. Banco Nacional do México		
Controla	37	11.798
Participação	48	9.110
2. Banco do Comércio		
Controla	49	8.834
Participação	27	7.624
3. Banco de Londres e México		
Controla	26	5.590
Participação	34	12.421

4. Banco Mexicano		
Controla	34	5.468
Participação	45	2.923
5. Banco Comercial Mexicano		
Controla	73	4.351
Participação	29	9.358 (30)

\*milhões de pesos

A legislação vigente no país proíbe a participação estrangeira nas instituições bancárias. Entretanto, a fusão de interesses indicada no quadro anterior permite a aliança entre o capital estrangeiro e os grupos formados ao redor dos Bancos de depósitos. Apesar de não se conhecer a quantidade com a qual o capital estrangeiro participa se comprova a sua existência"<sup>31</sup>.

Pelos dados apresentados, percebe-se, embora de maneira deficiente, que a burguesia financeira, formada, na realidade, por algumas famílias que amealharam sua riqueza desde o porfiriato, constitui um dos setores mais importantes da classe, pelo seu poder econômico. Seus interesses encontram-se limitados pela participação do Estado neste setor, que pode, num momento determinado, suprir a função ou limitar seu campo de ação. Portanto, a burguesia financeira encontra-se associada, em termos de capital e interesse, com a grande burguesia industrial, tanto nacional como estrangeira.

*O Setor Industrial* — Ao contrário do setor financeiro, este é mais heterogêneo e com complicadas relações entre os seus distintos componentes. A análise da sua estrutura interna nos dará elementos para a sua compreensão.

Utilizando a classificação do Recenseamento Industrial de 1960, relativa ao tamanho da empresa em seis grupos, de acordo com a sua produção, podemos definir o setor artesanal como a soma dos dois primeiros grupos considerados, ou melhor apresentados, porque a média de operários por empresa é de 0,7 e 3 para o primeiro e segundo grupos respectivamente. Assim, não há problema para considerá-los como produção artesanal. Os dados são apresentados no quadro n° 2.

O setor especificamente competitivo está constituído pelo terceiro e quarto estratos, com 32 e 127 operários empregados como média por empresa, respectivamente. Finalizando, o setor monopolista corresponde aos dois últimos grupos, que empregam 362 operários, em média, por empresa, para o quinto estrato, e 934 para o sexto.

Sem dúvida, a classificação é arbitrária, já que o número de operários não é um indicador suficiente, principalmente quando se sabe

que o tamanho da empresa que é considerada grande, mediana ou pequena, varia de ramo para ramo; entretanto, utilizamo-la pensando que nas categorias extremas não apresente problemas. O número de empresas consideradas no setor monopolista é de 478, e coincide com o número determinado por José Luis Ceceña no seu estudo sobre o capital monopolista no México, realizado em 1962.

Em relação ao setor artesanal, acreditamos que o número de empregados é bastante significativo; inclusive, podemos imaginar que o limite médio deveria ser mais alto. Deste modo, o setor denominado competitivo é resultante da exclusão de outros grupos.

Em cada uma das colunas onde obtivemos a média do indicador por empresa ou por operário ocupado, observa-se a enorme diferença que existe entre as empresas artesanais e as competitivas, notadamente entre estas últimas e aquelas localizadas no grupo monopolista. Assim, o salário pago é quase o triplo no sexto grupo, quando comparado com o primeiro. Realizando a mesma comparação com os outros indicadores, tem-se que a produção por operário é pouco mais de 23 vezes maior no sexto que no primeiro grupo, e o capital por operário é cinco vezes maior.

Estas diferenças evidenciam a magnitude do desenvolvimento desigual da estrutura industrial; indicam o poder do setor monopolista sobre o resto da indústria, índice muito claro da concentração em reduzidas mãos.

Comparando estes dados (Censo 1960) com os do Censo Industrial de 1965, veremos que, neste ano, 0,8% das empresas consideradas como monopolistas controlavam 37% do pessoal ocupado, contra 31% que controlavam em 1960. Durante o período considerado, estas empresas absorveram os 47% da nova força de trabalho que se incorporou à indústria; os 56% dos salários pagos contra os 43% de 1960, e os 64% da produção contra 53% em 1960.

Verifica-se, então, claramente, não só o incremento da concentração, mas também o dinamismo do setor monopolista.

Com respeito ao último aspecto apontado, pode-se dizer que as empresas mais eficientes podem auferir uma renda diferencial em cada etapa de expansão e proteger a sua taxa de lucro em época de crise. A renda diferencial consiste em que as empresas monopolistas operem em algumas atividades com custos físicos inferiores, e vendam a preços fixados por empresas com custos maiores. Isto somente ocorre dentro de um ramo onde se combinam vários níveis de eficiência e produtividade.

Outra relação que se estabelece entre os vários setores é através dos preços de compra, fixados pelos monopólios às empresas fornece-

**Quadro nº 2****ANÁLISE DA INDÚSTRIA POR EMPRESAS**

<i>Grupo de produção</i>	<i>Número de estabelecimentos</i>	<i>Valor da produção<sup>1</sup></i>	<i>Capital invertido</i>	<i>Relação produto-capital</i>	<i>Salário</i>
Até \$ 25 000	64 860	442 353	1 656 935	0.26	223 405
De 25 001 a 500 000	29 648	3 056 151	2 183 107	1.39	424 987
De 500 001 a 5 000 000	4 939	8 354 755	8 182 925	1.02	1 054 470
De 5 000 001 a 20 000 000	1 285	12 355 021	11 302 996	1.09	1 160 033
De 20 000 001 a 100 000 000	422	16 819 463	15 788 223	1.06	1 308 479
100 000 001 e mais	58	12 280 309	10 493 523	1.17	653 632
TOTAL	101 212	53 308 052	49 607 709	1.07	4 840 006

Milhões de pesos

**Quadro nº 2 (continuação)**

<i>Grupo de produção</i>		<i>Operários ocupados</i>	<i>Operários por empresas</i>	<i>Valor da produção por empresas<sup>2</sup></i>	<i>Capital invertido por empresa<sup>1</sup></i>	<i>Salário por operário</i>	<i>Capital por operário</i>	<i>Produção por operário</i>	
Até	\$ 25 000	45.538	0.7	6.700	25.5	4.900	38.500	9.700	Artesanal
De	25 001 a 500 000	83.523	3	103.100	73.6	5.088	26.100	36.500	
De	500 001 a 5 000 000	158.840	32	1 621.800	1 654.7	7.291	59.300	52.600	
De	5 000 001 a 20 000 000	152.913	127	9 621.000	8 811.7	8.557	73.900	80.700	
De	20 000 001 a 100 000 000	141.306	362	39 856.500	37 389.1	9.259	111.700	119.000	Industrial
	100 000 000 e mais	54.210	934	211 384.600	180 923.1	12.000	193.500	226.500	
	TOTAL	636.330	6	526.700	490.1	7.606	73.200	83.900	

Fonte: Recenseamento Industrial de 1961. Dados 1960.

Milhões de pesos

Dado aproximado

doras de matérias-primas ou intermediárias. Este é o caso da indústria de automóveis e de auto-peças, por exemplo. Por este e outros mecanismos realiza-se a transferência da mais-valia a seu favor. Por outro lado, as empresas monopolistas são as que têm taxas de exploração da força de trabalho. Comparando os salários médios por operário em cada setor com a produção média por operário, constata-se que, enquanto no primeiro grupo a produção obtida por operário corresponde ao dobro do seu salário, no segundo grupo é sete vezes maior, no terceiro conserva-se essa mesma proporção, no quarto a relação é 10 vezes maior, no quinto 11 vezes, chegando a quase 13 vezes maior no sexto grupo. Assim, verifica-se uma relação inversa, ou seja, quanto maior é a produção por operário ou a produtividade, é menor o salário em termos relativos. Desta maneira, devemos aceitar que ou a alta produtividade se deve ao capital e não ao trabalho do operário, ou então tomar como válida a tese de Marx sobre a pauperização do trabalhador em termos relativos, isto é, a exploração do trabalhador se incrementa.

Considerando válida a fórmula apresentada por M. C. Tavares e J. Serra para medir a exploração<sup>32</sup>:

$$\text{Taxa de exploração} = \frac{\text{Produção x trabalhador} - \text{sal. x trab.}}{\text{salário por trabalhador}}$$

As taxas de exploração dos diferentes grupos seriam:

#### Taxas de exploração para 1960

Grupo 1	0.98
2	6.17
3	6.21
4	8.72
5	11.42
6	15.21

De acordo com a análise anterior, claramente podem ser distinguidos dois grupos dentro do setor da burguesia industrial (o grupo denominado artesanal deve ser eliminado da análise da burguesia, dadas as suas pequenas dimensões); o primeiro seria constituído por empresários do estrato denominado monopolista, e o segundo, pelos empresários chamados setor de competição, que corresponde aos pequenos e médios industriais.

Como se verá mais adiante, cada um destes grupos tem um comportamento político diferente, e suas alianças de classe também são diferentes, tanto que o primeiro está aliado com o capital financeiro

e formado pela burguesia nacional e estrangeira; o segundo está formado, basicamente, por mexicanos, e tende a aliar-se com o Estado contra o capital estrangeiro e os setores nacionais da indústria e das finanças quando aliados daquele.

Neste setor da burguesia também existe uma diferença quanto à origem do capital. Cabe recordar que é na indústria que o capital imperialista se localizou de maneira preferencial; em 1968, 75% do capital estrangeiro estava fixado nas manufaturas<sup>33</sup>. Além disso, o capital estrangeiro está estrategicamente colocado, de maneira que se pode afirmar, sem dúvida, que ele é hegemônico dentro do setor, significando que controla os ramos mais dinâmicos da indústria mexicana.

No quadro nº 3 observa-se a participação da inversão estrangeira nos diferentes ramos da indústria.

Apesar de que o quadro está bastante claro, vale a pena destacar alguns fatos; em primeiro lugar, praticamente em todas as indústrias avançadas, metalmecânicas e químicas, o domínio da inversão estrangeira é quase absoluto; em segundo lugar, mesmo em ramos menos dinâmicos como têxtil, calçados, vestuário, para não citar alimentos, o capital estrangeiro mostrou aumentos realmente significativos. Isto indica que, além de ser dominante no setor manufatureiro, tende, com bastante velocidade, a ser praticamente exclusivo.

Ricardo Cinta apresenta a informação que corrobora a posição dominante do capital estrangeiro na indústria. Do total das 938 empresas maiores do país, 116 (12,4%) são produtoras de bens de capital, das quais 53% (61 empresas) são estrangeiras. Das 311 empresas que se dedicam à produção de bens intermediários básicos, 130 (41,8%) são também estrangeiras. Portanto, entre 427 empresas produtoras de bens de capital e intermediários básicos, 191 são estrangeiras, isto é, 44,73%.

Aparentemente, a inversão estrangeira perde a sua importância quando se trata da produção de outros tipos de bens intermediários não-básicos; só participa com 16 empresas (9,2%); também, entre 337 empresas dedicadas à fabricação de bens de consumo, controla apenas 44, isto é 13,1%<sup>34</sup>.

Os dados utilizados por Cinta classificam as empresas estrangeiras de acordo com o capital dominante, isto é, dentre elas encontram-se algumas empresas mistas — com capital nacional e estrangeiro — igualmente algumas consideradas nacionais apresentam o mesmo tipo misto de inversão. Isto, porém, não altera a conclusão no sentido do capital dominante ser estrangeiro. Mario Ramirez Rancaño, em um estudo recente<sup>35</sup>, demonstrou, a partir de ângulos diversos, que, na

Quadro nº 3

**PARTICIPAÇÃO DA INVERSÃO ESTRANGEIRA NO SETOR MANUFATUREIRO MODERNO DA INDÚSTRIA (%)**

<i>Ramo industrial</i>	1960	1965	1970	(a,b)
Produtos alimentícios	18.8	19.4	26.5	(c)
Indústria de bebidas	16.8	17.2	26.3	
Indústria de fumo	17.7	69.4	84.0	
Fabricação de tecidos	5.8	5.3	7.9	
Calçado e vestuário	5.2	3.6	4.0	
Madeira, cortiça, móveis e acessórios	4.4	1.3	15.9	
Papel e produtos de papel	31.3	25.4	32.9	
Gráfica e editorial	18.8	17.2	24.5	
Couro e produtos de couro	0.84	2.73	4.6	
Produtos de borracha	100.0	100.0	100.0	
Indústria química	80.0	73.1	77.8	
Produtos minerais não-metálicos	56.5	55.0	54.2	
Indústrias metálicas básicas	20.0	22.3	27.6	
Fabricação de produtos metálicos	42.6	52.7	67.6	
Construção de maquinárias	100.0	100.0	100.0	
Construção de maquinária elétrica	100.0	71.0	100.0	
Construção de material de transporte	100.0	100.0	100.0	
Indústrias manufatureiras diversas	44.8	30.9	60.5	

a) O coeficiente desta coluna é o resultado da divisão entre a participação da inversão estrangeira direta na produção total de cada ramo industrial, e a porcentagem da mesma, que tem sido atribuída nos recenseamentos industriais às empresas com mais de 10 empregados. Os pressupostos sobre os quais descansa o procedimento são: a) a indústria "moderna" é formada unicamente pelas empresas de mais de 10 empregados (ver o trabalho de Dr. Saul Trejo, *Industrialization and Employment Growth, México, 1950/65*, tese doutoral) e b) toda a indústria estrangeira se considera como "moderna".

b) A divisão entre indústria moderna e tradicional foi feita somente para os anos 60 e 65, por isto foi necessário supor que, em 1962, a indústria tinha a mesma estrutura que em 1960; o mesmo foi feito para o ano de 1970, com respeito a 1965.

c) A classificação da indústria manufatureira moderna nos distintos ramos de atividade econômica que aparecem no quadro está baseada na matriz de insumo-produto do México, de 1960. É importante apontar que alguns ramos, como a indústria alimentícia, possuem uma participação estrangeira surpreendentemente baixa, que se explica no fato destes ramos agruparem um número maior de atividades do que geralmente é considerado.

Fonte: Carlos Bazdresch Parada: "La Política Actual Hacia la Inversión Extranjera Directa", *Comércio Exterior*, novembro 1972, México, pág. 1.012.

grande maioria dos casos e por diferentes mecanismos, o capital estrangeiro associado mantém o controle da empresa. Por isto, caso houvesse algumas mudanças na distribuição dos dados, estas reforçariam a conclusão assinalada.

O último ponto que queremos tratar, relacionado com a participação do capital estrangeiro neste setor, é a presença cada vez mais importante das filiais das companhias transnacionais.

No estudo de James W. Voupel e Joan P. Curhan<sup>36</sup> examinou-se 187 corporações multinacionais que, em conjunto, representam 80% do total das inversões de companhias estrangeiras realizadas no exterior. Destas 187 corporações, 162 tinham filiais no México, ocupando, assim, o terceiro lugar depois do Canadá (174) e da Grã Bretanha (167). As 162 corporações estavam representadas por 412 subsidiárias.

Até 1968, as corporações que operavam no país mantinham a seguinte distribuição por ramos: produtos alimentícios, 25; papel e produtos de papel, 5; produtos químicos, 42; indústria metalúrgica, 16; máquinas não-elétricas, 17; máquinas elétricas, 18; equipamentos para transportes, 16; produtos de borracha, 5 e outras, 18.

Assim, os ramos que no quadro nº 3 aparecem dominados pelo capital estrangeiro são, na verdade, controlados por corporações multinacionais. Este fato, como é óbvio, tem aspectos políticos e de dominação econômica muito mais graves para o país do que outro qualquer tipo de inversionistas<sup>37</sup>.

O poder e as implicações econômicas são percebidos claramente ao se observar as 412 subsidiárias que representam no México as citadas corporações; 225 operam no setor manufatureiro, 31 em atividades comerciais, 14 na indústria extrativa e as 112 restantes em outras atividades, principalmente serviços. Em outras palavras, tendem a consolidar a sua influência econômica dominando outras áreas, além da indústria que aparece como atividade principal.

As corporações multinacionais vêm-se deslocando ou associando-se com a burguesia mexicana, que se viu obrigada a vender suas empresas ou associar-se, frente à pressão das corporações. Das 412 subsidiárias, 43% delas se estabeleceu no país por meio da compra de empresas já existentes, enquanto que 41,7% correspondia à instalação de novas empresas. O restante se referia ao fracionamento das antigas subsidiárias, ou a forma de implantação era ignorada.

Quanto à sociedade, pode-se ver que, das 209 subsidiárias, que significam 50,7% do total, eram controladas de forma absoluta 100% das ações, que pertenciam às corporações, além do mais, 159 (38,5%) encontravam-se associadas, em distintas proporções, ao capital nacional<sup>38</sup>, cifra superior à média mundial, que é de 26,7%; isto poderia

indicar os efeitos da política dos governos mexicanos que, desde 1940, tendem a forçar a associação, dando preferências ou privilégios fiscais e outras facilidades.

Pelo exposto, não pode haver dúvida que, dentro do grupo monopolista do setor industrial, domina a burguesia imperialista e principalmente aquela que controla as corporações multinacionais. Não obstante, esta posição dos consórcios e, em geral, da inversão estrangeira, que aparenta ser praticamente absoluta, encontra certas limitações que é preciso analisar, para se ter uma visão mais objetiva do processo da dependência do país. Existem dois grupos dentro da indústria que não analisamos; de um lado, o extrato que chamamos "competitivo" e, por outro lado, o representado pela propriedade estatal.

O setor competitivo, no qual existe pouco capital estrangeiro, dado que este concentra-se em empresas maiores, de maneira alguma pode ser deixado de lado. Este grupo da burguesia industrial controlava, no ano de 1960, 39% do capital total da indústria; eliminando o setor artesanal, a ele pertenciam 42,5% do capital industrial. Em relação à produção, este setor controla 38,5% do total, e chega a controlar 41,5%, excluindo o setor artesanal. Com relação ao número de operários ocupados em 1960, controlava 49% do total e 61,5%, excluindo o artesanato.

Em princípio, deve considerar-se que se trata de um capital muito menos concentrado que no grupo monopolista. A enorme diferença do poder econômico de cada grupo obrigou o setor competitivo a recorrer à proteção do Estado, tanto contra a competição internacional quanto contra a inversão estrangeira que tende a deslocá-lo. Este grupo encontra sua maior ponte de financiamento nas instituições do Estado, fundamentalmente a Nacional Financeira, para opor-se ao grupo monopolista que, além de ter uma capacidade de auto-financiamento maior, abastece-se de crédito nas instituições privadas com as quais está associado.

Como se verá mais adiante, tem sido o grupo competitivo um dos suportes nacionalistas e, sem dúvida, o grupo que mais tem lutado no México pela regulamentação da inversão estrangeira, pela nacionalização da mineração, das empresas distribuidoras da energia elétrica, para citar apenas alguns exemplos que evidenciam a divisão entre os dois grupos da burguesia a que estamos nos referindo.

Finalmente, dentro deste setor cabe analisar o grupo estatal. A importância deste grupo não está no número de empresas<sup>39</sup> que controla ou no capital das mesmas, senão no caráter estratégico que possuem.

Como é sobejamente conhecido, e por isto o ponto será discutido brevemente, o Estado controla de forma absoluta a produção e distribuição de energia para todo país, tanto a que se deriva do petróleo como a elétrica. Também controla a petroquímica básica, da qual depende boa parte da indústria química, controlando, ainda, a produção de fertilizantes. O Estado tem uma posição dominante na produção do aço, na refinação do açúcar e uma participação significativa no setor de transporte (ferroviário e rodoviário), etc.

O controle do transporte ferroviário e aéreo, sua participação fundamental no setor financeiro, os controles sobre o comércio exterior, tudo, em conjunto, proporciona ao Estado Mexicano um poder econômico com o qual pode enfrentar, negociar e limitar — até agora com relativo êxito — a burguesia imperialista e os seus associados nacionais.

Assim, surgem dois grupos dentro do setor industrial que, em alguns momentos, podem estar em oposição; por uma parte, o grupo monopolista, liderado pela burguesia imperialista e, por outra, a burguesia competitiva aliada ao Estado. Nesta aliança, ambas partes podem se comportar de forma independente frente a problemas específicos. Assim, em algumas ocasiões, a burguesia e o Estado aparecem juntos ante um problema (como no movimento ferroviário de 1958 ou no movimento estudantil de 1968), mas, em outras ocasiões, a burguesia unida pode opor-se ao Estado (o caso mais evidente foi quando o governo de Lopes Mateos recusou a romper relações com Cuba). Por isto, os grupos indicados não estão monolíticos e perenes no tempo, simplesmente procuramos assinalar grupos estruturalmente definidos e com interesses estruturais diferentes.

Antes de continuar com a análise da aliança entre grupos e setores da burguesia, convém encerrar o estudo dos outros setores, os quais, por sua menor relevância, poderão ser tratados de forma menos pormenorizada.

*O Setor Comercial* — Da mesma maneira que no setor industrial, o capital está altamente concentrado e, por isto, se estabelecem estratos amplamente diferenciados. No ano de 1960, os estabelecimentos pequenos (com menos de 100 mil pesos, capital total) se constituíam 87,6% do número total de empresas, controlavam unicamente 7,8% do capital do setor. Os estabelecimentos médios (com capital total entre 100 mil e 1 milhão de pesos) representavam 18,5% do capital comercial e significavam 10,6% do total das empresas e, finalmente, as grandes organizações comerciais com mais de 1 milhão de pesos de capital total, ou seja 1,8% do total das empresas, tinham 73% do capital e 63,9% dos ingressos totais<sup>40</sup>.

O capital investido no comércio, no ano citado, era de 32 milhões de pesos, dos quais 28 milhões correspondiam à iniciativa privada e o resto ao Estado. A inversão estrangeira no comércio, durante o ano de 1960, era de 85 milhões de dólares (o que equivale a 10.625 milhões de pesos)<sup>41</sup>, que representam 38% do capital privado investido no setor<sup>42</sup>.

*O Setor de Transporte* — Aqui o Estado mantém o controle majoritário do capital, pois possui todas as rodovias e as companhias de transporte aéreo. No ano de 1961, o capital destinado a esta atividade foi de 11.641,8 milhões de pesos, dos quais 8.145,8 milhões eram do Estado, isto é, os 70%. Como indicamos antes, ao tratar da lei que regula a inversão estrangeira, o capital desse tipo não pode participar das empresas de transportes.

*O Setor de Serviços* — Por lei, aqui neste setor existe uma quantidade de atividades que são controladas pelo capital nacional e que estão reservadas ao Estado, como os serviços de comunicação: correio, telégrafo, e radio-telégrafo; outras só admitem o capital privado nacional como: rádio e televisão; os cinemas, em boa parte, pertencem ao Estado. Deve-se notar que, nos dois últimos casos, ainda que o capital estrangeiro esteja ausente, não se impede a exibição de programas estrangeiros, como: a propaganda dos seus produtos e das idéias, que são freqüentes nesse meio de comunicação. A influência maior do capital estrangeiro neste setor está no turismo, onde tem participação crescente, e nas empresas que prestam serviços técnicos profissionais, como: mercadotecnia, computação, fotocópias, desenho industrial, publicidade, etc.

A divisão em grupos da burguesia neste setor não é clara. Existem algumas indicações, que serão vistas mais adiante, de uma possível separação entre o Estado e a burguesia privada e, dentro deste último, uma separação muito leve entre o grupo nacional e o estrangeiro.

*O Setor Agrário* — Se, em geral, os estudos sobre a burguesia são escassos e também pobres, no setor agrário estas dificuldades se multiplicam; os dados existentes se referem ao setor *ejidal* e é pouca a informação relativa à pequena propriedade.

Rodolfo Stavenhagen, no seu livro sobre as classes sociais nas sociedades agrárias, assinala, referindo-se ao México e à burguesia: "Uma terceira categoria de proprietários agrícolas é constituída por aqueles que possuem entre 25 e 100 hectares. Ainda que se trate somente de proprietários privados, significam a terceira parte deste setor. Trata-se, geralmente, de explorações onde se realiza uma agricultura comercial intensiva e na qual se emprega energia mecânica e mão-de-obra assalariada. Uma parte destas terras pode ser dada por

arrendamento. Caracterizamos este estrato como a burguesia camponesa ou a burguesia rural. Além da agricultura, podem dedicar-se também às atividades comerciais: pequeno comércio local, agiotagem ou financiamento dos cultivos que, freqüentemente, são a fonte principal dos seus ingressos. É também o meio pelo qual o pequeno camponês minifundista é explorado por esta classe social. Finalmente, existe um estrato de grandes proprietários de terra, que possuem mais de 200 hectares de terra. Sua situação é excepcional, já que a Constituição Mexicana proíbe essas propriedades quando se trata de terras de cultura; entretanto, possuem, ainda, 24% da superfície cultivável do país. A agricultura praticada é, geralmente, mecanizada e caracteristicamente capitalista, uma grande parte das culturas são destinadas à exportação. Com precisão, esta camada não pode ser classificada dentro do grupo camponês; este estrato pertence, já, à grande burguesia mexicana; forma parte da classe dirigente do país e apenas consegue manter-se violando as normas constitucionais sobre a propriedade da terra<sup>43</sup>.

Dado que não existem estatísticas de valor da produção por tamanho de propriedade, excetuando-se as estatísticas feitas para glebas de mais ou menos cinco hectares, não é possível mostrar o grau de concentração do capital com a informação do tamanho das propriedades, utilizada por Stavenhagen para definir a burguesia rural, mas a classificação utilizada pelo Centro de Investigações Agrárias sobre o valor da produção<sup>44</sup> pode ser útil para exemplificar o grau de concentração.

A categoria denominada como propriedade de tipo multifamiliar grande, com um valor médio de produção de 385 mil pesos e que constitui, em sua totalidade, a chamada pequena propriedade, representa somente os 5% dos imóveis agrícolas; entretanto, representa 32,3% do total do valor da produção, 37,6% do valor de todas as propriedades<sup>45</sup>, 43,7% do valor da maquinária agrícola, 39,0% do total da terra irrigada e entre 1950 e 1960 foi a responsável pelo incremento de 45% da produção agrícola.

Agregando a essa categoria a anterior, que representa 2,8% do total das propriedades, obteremos uma cifra de 3,3% das propriedades rurais que possuem as seguintes características: controlam 54,3% do valor total da produção, possuem 75,1% do valor total da maquinária, desfrutam de 71,7% do total da terra irrigada e foram as responsáveis pelo incremento de 80% da produção agrícola entre os anos de 1950 a 1960<sup>46</sup>.

As divisões internas da burguesia rural estabelecem-se a partir do controle do poder em algumas regiões ou Estados do país<sup>47</sup>, e não em termos de política ou interesse econômico; a participação do Estado

neste setor da burguesia é nula e sua relação limita-se a proporcionar insumos (fertilizantes, inseticidas, sementes melhoradas a preços mais baixos, etc), a implantar a infra-estrutura e, em alguns casos, a proporcionar crédito e seguros para as colheitas, sendo, neste sentido, uma relação que aparece como favorável para a burguesia. Isto se repete também no saldo positivo, para a burguesia que tem deixado o sistema fiscal<sup>47</sup>.

A participação da inversão estrangeira é mínima<sup>48</sup> na agricultura e não pode ser considerada como associada ou concorrente à nacional. Sua participação é significativa apenas na comercialização da produção agrícola e, ainda que não haja estudos a respeito, a existência da Anderson Clayton & Co. S/A é uma evidência da afirmação anterior. Esta companhia não possui terra nem cultiva algodão, mas exerce um verdadeiro monopólio sobre a comercialização do produto que proporciona a quinta parte das divisas do país<sup>49</sup>.

De qualquer forma, é impróprio dizer que a Anderson Clayton e outras companhias formam parte da burguesia agrária, porque já vimos que, dentro das corporações multinacionais, sua atividade principal se localiza nas manufaturas, ainda que se ramifique sobre outros setores da economia; por isso, é preferível manter as multinacionais incluídas no setor monopolista da indústria, como fizemos até agora. Veremos, mais adiante, que as relações assim estabelecidas dão lugar a novos conflitos entre os setores da burguesia; neste caso, entre a agrária e a imperialista.

Concluimos, positivamente, que a burguesia agrária está formada unicamente por nacionais. Mas também é verdade que este setor da burguesia está submetido aos setores financeiro e industrial, que se beneficiam com as transferências de mais-valia da agricultura para outras atividades. Salomón Eckstein escreve: "Durante o período estudado — 1942 a 1960 — e de acordo com as estatísticas disponíveis estima-se que o sistema bancário privado transferiu recursos da agricultura para outros setores, por um total aproximado a 2,500 milhões de pesos a preços de 1950<sup>50</sup>. O mesmo autor assinala que o sistema de preços atua como um canal de transferência da agricultura para o resto da economia, na medida em que os preços agrícolas aumentam mais lentamente que os outros. No período estudado por ele, calculou-se que as transferências por esse tipo de mecanismo chegaram ao valor de 3,600 milhões de pesos aos preços de 1950.

Estas transferências indicam também determinada debilidade política para impor seus interesses sobre o resto da burguesia, em especial da financeira e da industrial, que demonstra o setor agrário.

Depois desta rápida análise do poder econômico da burguesia, é possível identificar três setores, dois dos quais são bem definidos:

o setor imperialista e o setor estatal. Ao contrário, o terceiro grupo, formado pela burguesia nacional, a chamada iniciativa privada, não parece ter uma presença estruturada, mas fracionada em uma série de grupos, os quais aliam-se ou ao setor imperialista (financeiro e monopolista), ou ao Estado (grupo competitivo da burguesia industrial), ou então comportam-se de maneira independente (caso do setor agrícola da burguesia) e, finalmente, parecem ter débeis alianças com outros setores (burguesia comercial e imperialismo). De qualquer maneira, este último grupo parece estar subordinado aos dois anteriores, tanto econômica como politicamente.

Procurando precisar esta última afirmação, é conveniente passar a analisar os conflitos entre os distintos setores da burguesia.

### **III. CONFLITOS ENTRE OS SETORES DA BURGUESIA**

A análise dos conflitos entre os distintos setores da burguesia e Estado não pode ser feita de uma maneira sistemática a partir de 1940 até agora, que é o período que estamos considerando porque, para isto, seria necessário ampliar muito este trabalho. Assim, restringiremos o estudo aos pontos centrais. Consideraremos os elementos ao redor dos quais surgiram as maiores desavenças entre os distintos setores, pelos quais declaram-se os conflitos mais sérios.

As posições de cada setor diante dos pontos controvertidos são deduzidas das declarações dos distintos organismos que representam cada setor. O setor financeiro está organizado na Associação de Banqueiros (AB); os industriais do grupo monopolista, na Confederação Nacional de Câmaras Industriais (CONCAMIN)<sup>51</sup>; os industriais do chamado grupo competitivo, na Câmara Nacional da Indústria de Transformação (CANACINTRA); o setor comercial, na Confederação Nacional de Câmaras de Comércio (CONCANACO); o setor agrícola, na Federação Mexicana de Organizações Agrícolas (FEDEMOCA). Além destas organizações, existem outras, como: a Confederação Patronal da República Mexicana (COPARMEX), que representa os empresários agrupados nos distintos centros patronais que operam no país e atua como um sindicato; esta organização vem atuando como uma defensora intransigente dos direitos da burguesia e, especialmente, da monopolista<sup>52</sup>.

A importância política destes grupos tem sido reconhecida por muitos autores, igualmente a sua qualidade de porta-vozes da burguesia e do setor que eles representam<sup>53</sup>.

Os pontos de divergência entre os principais setores da burguesia podem ser agrupados ou classificados de acordo com diferentes critérios; o mais importante é destacar aqueles que causam a divergência

entre os setores apontados. Em primeiro lugar, veremos os conflitos que se dão no interior da burguesia; em seguida, os que se estabelecem entre a burguesia e Estado e, finalmente, aqueles que surgem entre a burguesia imperialista e o Estado aliado com setores da burguesia nacional.

No primeiro caso, os conflitos no interior da burguesia, considerando apenas o tipo de capital que controlam e não a nacionalidade ou o caráter estatal privado, se estabelecem por vantagens na apropriação de uma parcela maior do resultado da exploração da classe trabalhadora. Mas, uma vez que a hegemonia do setor industrial sobre os outros é clara e reconhecida por todos, os conflitos não adquirem nenhuma gravidade; para isto também influi o fato dos setores menos favorecidos terem menos poder político<sup>54</sup>. Os conflitos deste primeiro tipo se manifestam, geralmente, como propostas de aumentos de preços, pelo encarecimento dos insumos, pela distribuição desigual do crédito, etc.<sup>55</sup>. A negociação ocorre, em geral, por apelos ou pressão ao governo para a autorização do aumento de certos preços, ou, ainda, para que impeça a subida de outros e, em alguns casos, para que obrigue os banqueiros a outorgarem créditos para seu setor. Este mecanismo empresta ao Estado uma aparência de árbitro que tivesse poderes para tomar de um setor e entregar a outro, de acordo com a sua vontade ou com as regras de uma certa moral capitalista. Mas, na verdade, a longo prazo, o poder econômico sempre se impõe e acaba açambarcando uma maior parte do excedente. O Estado aparece como árbitro, na medida em que a burguesia e seus distintos setores se submetem a certas normas legais ou, em outras palavras, aceitam as regras do jogo; as quais o Estado aplica e vela por sua observância e também as modifica, se as mesmas perturbam o desenvolvimento capitalista ou o do setor hegemônico da burguesia. Este último aspecto expressou-se de uma maneira bastante evidente nas reformas do art. 27 da Constituição, quando se tratou de favorecer o desenvolvimento no campo.

É óbvio que a imposição do setor econômico mais forte não se realiza de uma maneira automática, mas é decantada, por assim dizer, dentro da luta política entre os distintos setores e o resto das classes sociais.

No segundo caso, os conflitos entre a burguesia e o Estado ocorrem mais ao redor dos interesses mais importantes da burguesia e do sistema. Os pontos nevrálgicos são: os direitos sobre a propriedade privada, a participação do Estado na economia, a definição política de cada regime e, finalmente, sobre a apropriação de parte do excedente pelo Estado por meio de impostos e sua distribuição posterior, isto é, a política de inversões do governo.

Estes conflitos mostram uma contradição secundária do sistema, que parece ser cada dia mais importante, e que se forma na oposição entre os interesses imediatos da burguesia (maiores taxas de lucro, fundamentalmente) e as necessidades do sistema para continuar reproduzindo-se — inclusive como unidade nacional — e que devem ser representadas pelo Estado. A oposição permanente da burguesia à participação do Estado não se dá tanto em termos da defesa do capitalismo como sistema, como algo que deve desenvolver-se — e dentro do qual a participação do Estado tem se mostrado como uma necessidade inevitável — mas como defesa cega da propriedade privada, da propriedade de cada um, da defesa de seu patrimônio; qualquer violação da propriedade privada é percebida pela burguesia como uma ameaça à sua situação que, para ela, se encarna individualmente.

Na medida em que o Estado se impõe — como é o caso do México — converte-se imediatamente em um dos setores do sistema, à parte da burguesia, mas que pode ligar-se a ela pelos interesses impostos pelo sistema. Mas se opõe a ela enquanto defende a soberania nacional ou a continuidade do sistema.

A partir de 1940, estes conflitos ocorrem permanentemente; a descrição de alguns deles é importante para perceber a colocação dada ao problema pela burguesia.

Em 1942, a CONCANACO opunha-se abertamente à intervenção do Estado na economia: "Quando o Estado intervém em diferentes empresas tão importantes como ferrovias, mineração ou em diversas zonas agrícolas, por meio de seus Bancos oficiais, milhares de trabalhadores ficam sujeitos, na realidade, aos seus desígnios. (...) A liberdade individual, dos que dependem economicamente do Estado, se limita, máxime nos países como o nosso, onde as tradições são de falta de respeito ao critério independente dos indivíduos que forma parte da engrenagem administrativa ou da máquina oficial.

(...) Se a democracia está pervertida em diversos países, convertida em forma de caciquismo ou ditadura, tem sido por esta hipertrofia do Estado, que abarca quase todas as ordens da vida. O cidadão, se quer viver tem forçosamente que submeter-se às idéias e aos métodos do Estado, o implacável novo Deus dos nossos dramáticos dias".

Após acusar o Estado de ser um péssimo administrador, de provocar a corrupção e de acusar os políticos de falta de cultura, o que agrava os problemas da intervenção do Estado, se cobrem de virtudes quando escrevem: "Assim só pode ser tolerável a intervenção nos casos de verdadeira emergência e de forma temporal enquanto se normaliza a situação anômala que a exigiu, a fim de que a sociedade

e principalmente as massas populares de poucos recursos não sofram conseqüências no seu bem-estar e nos seus interesses"<sup>56</sup>.

Em 1950, a CONCAMIN tomava a batuta e atacava novamente o Estado; referindo-se às condições favoráveis que a Segunda Guerra Mundial criou, e chegando até aos casos extremos do Fascismo e do Socialismo soviético, escreveu: "Mas, o problema adquire características mais graves ainda e necessita ser enfrentado com a maior energia possível, se considerarmos que é precisamente no seio das nações democráticas, nas quais sobrevive ao menos, formalmente, um sistema constitucional econômico, de respeito à liberdade individual, onde afirma-se e se impõe a onipresença do Estado, mediante a absorção cada dia maior das forças individuais e a criação de uma nova forma de despotismo, mais perigosa ainda que as que foram conhecidas até agora, o despotismo administrativo".

Posteriormente, no mesmo relatório, define um Estado forte segundo a sua visão: "É inquestionável que a realidade política e a gravidade dos problemas que deve enfrentar uma administração, exigem a presença de um Estado forte, de um Estado que possa governar. Mas também, é indiscutível que um Estado forte não é aquele que intervém e submete todo um sistema. Pelo contrário, o que caracteriza um Estado forte não é atividade múltipla ou uma personalidade proteica; um Estado verdadeiramente forte é aquele que sabe definir com toda claridade e precisão uma linha divisória entre as suas incumbências e aquelas que não lhe pertencem, e impõe a sua autoridade no terreno que lhe corresponde, abstendo-se em troca, de toda a intervenção fora do mesmo. Um Estado verdadeiramente forte é o que com absoluta independência de todos os grupos e interesses faz valer inflexivelmente a sua autoridade e dignidade como representante das comunidades"<sup>57</sup>.

De igual maneira, os banqueiros também têm atacado o Estado, exigindo que adote uma definição liberal<sup>58</sup>.

Desta forma, a posição da burguesia frente à intervenção do Estado na economia toma as mais variadas formas, na defesa da democracia e da moralidade, a favor da produtividade e do bem-estar social, ao lado da liberdade individual. Mas a essência é sempre a mesma: a defesa incansável da propriedade privada, do seu "direito" a explorar a força do trabalho, direito que quer ver como inalienável, mas o medo de perder essa posição a leva a opor-se ao Estado.

A defesa da propriedade privada nunca foi tão evidente e tão clara como quando se enfrentaram (Estado e burguesia) pela pequena propriedade, um pouco antes da reforma alemã<sup>59</sup>.

Deve ser assinalado que a CANACINTRA mantém uma posição

contrária ao resto da burguesia. Os Estatutos dos Industriais Mexicanos do ramo de transformação apontam ao Estado o dever de intervir direta ou indiretamente na inversão industrial, orientando sua ação no sentido de cobrir as carências que apresenta a atual estrutura econômica, atuando de forma supletiva. No seu juízo, o resultado deve ser o resultado da ação coordenada do Estado e da iniciativa privada, procurando conciliar os interesses públicos e privados<sup>60</sup>.

A posição deste grupo será explicada mais amplamente, quando tratarmos dos conflitos da burguesia imperialista.

Cabe ressaltar, agora, que a burguesia, no seu conjunto, mantém uma posição de conflito com o Estado, quando este intenta aumentar os impostos que afetam seus interesses e também se comporta monoliticamente, cada vez que algum funcionário público importante faz declarações em favor de uma política mais esquerdizante e, mais ainda, quando se realizam atos em tal sentido. A este respeito são relevantes as manifestações agressivas contra o governo, como quando o regime de Adolfo Lopez Mateos apoiou o governo cubano de Fidel Castro, ou, mais recentemente, na época em que o ex-presidente do Chile, Salvador Allende, visitou a cidade do México, em 1972.

O conflito ainda está longe de ser resolvido; entretanto, o Estado tem diminuído a sua participação total<sup>61</sup>, ao mesmo tempo que impôs o princípio da sua participação na economia mexicana, envolvendo-a em uma ideologia que define que este fenômeno é típico do México, já que este país tem um sistema que não é nem socialista nem, tampouco, capitalista.

A este respeito, o atual presidente da República, Luis Echeverría, declarou: "O México não aceita que seus meios de produção sejam controlados exclusivamente por organismos públicos; mas, também superou as teorias que deixam inteiramente para as forças privadas a promoção da economia. A experiência nos ensinou que não basta aumentar o capital se não procuramos aplicá-lo corretamente. (...) O regime misto estabelecido pela Constituição supõe que a inversão pública tem a força suficiente para dirigir o crescimento. A livre empresa só pode ser fecunda se o governo dispõe de recursos suficientes para coordenar a execução dos grandes objetivos nacionais"<sup>62</sup>.

Não resta dúvida de que a posição é clara. O Estado tomou, em relação à burguesia nacional, a posição dominante.

O terceiro tipo de conflitos entre a inversão estrangeira contra a burguesia nacional e o Estado representa o problema central da dependência; trata-se, na realidade, da contradição entre o Estado-Nação e a economia dependente. De um lado, estão as forças que lutam para lograr ou não perder a autonomia do país e, por outro, estão as

forças que tendem a impor no terreno político os interesses do capital nacional ancorado materialmente no país.

Esta contradição não tem nada que ver com proposições de tipos nacionalistas — no sentido que indica ao Estado o papel de defensor da autonomia — pelo contrário, expressa uma luta entre forças sociais que devem ser concretamente analisadas, como estamos pretendendo realizar. Se surgisse a necessidade de indicar o sentido no qual se deveria resolver esta contradição, teríamos que respeitar, necessariamente, a tese marxista da imposição inevitável do econômico, em última instância, sobre os outros pontos da sociedade. Assim, dentro do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas favorece, sem dúvida, ao capital imperialista; é claro que a citada contradição também está submetida à contradição principal entre proletariado e burguesia, e somente resolvendo-se esta última se superará a outra.

A confrontação entre a burguesia imperialista e a burguesia nacional tem sido expressada fundamentalmente pela CANACINTRA, isto é, pela burguesia industrial do grupo competitivo que, desde 1940, vem lutando contra as inversões estrangeiras, a favor da nacionalização das suas empresas e da aprovação de uma lei que regule a sua participação no país. O Estado também mantém uma política constante neste sentido, por meio dos seus porta-vozes, ultimamente um grupo bem preparado de tecnocratas. Contudo, sua posição tem sido menos agressiva que a apresentada pela CANACINTRA. Entretanto, as medidas adotadas indicam uma preocupação constante procurando impedir o predomínio do capital estrangeiro sobre a economia do país. Do outro lado estão os representantes da burguesia estrangeira, entre eles o embaixador dos Estados Unidos, os representantes do imperialismo, como Nelson Rockefeller, com seus aliados internos, a CONCAMIN, a Associação de Banqueiros e, de forma mais restrita, a CONCANACO.

A posição do Estado Mexicano, através de seus presidentes, tem sido, com exceção de Miguel Alemán, a mesma em todo período. Já vimos, em relação à legislação sobre inversões estrangeiras, que todos os presidentes expediram alguma medida regulamentadora. A sua posição está justamente determinada pelas características da contradição mencionada anteriormente. Por uma parte, o país se vê na necessidade imperiosa de atrair capital estrangeiro para o desenvolvimento econômico, para solucionar os problemas de tecnologia e para reduzir a pressão sobre a Balança de Pagamentos. Por outra parte, necessita impor um limite ao poder econômico e político do capital imperialista.

A solução encontrada pelo Estado foi, em primeiro lugar, a exigência sempre reiterada de que o capital estrangeiro deve submeter-se

às leis do país e renunciar à possibilidade de solicitar a proteção dos seus governos. Este princípio responde à experiência histórica que tem sido marcada freqüentemente por questões e, ainda, intervenções geradas por conflitos com inversionistas estrangeiros. Em segundo lugar, o Estado tratou de impulsionar, desde 1940, a criação de empresas de capital misto e, sempre que possível, a maioria de capital nas mãos dos mexicanos; em terceiro lugar, o Estado admite a inversão estrangeira como complemento do capital nacional e trata de evitar, inutilmente, que seja competitiva com as empresas nacionais e, finalmente, pretende que a inversão estrangeira colabore para a exportação de manufaturados, para aliviar o déficit da Balança de Pagamentos.

A ação dos distintos presidentes se resume com a afirmação: Avila Camacho se esforçou em superar os conflitos com o imperialismo americano, resolvendo o problema petroleiro, mas também fez chamados para que os estrangeiros investissem no país. "Espero convencer os Estados Unidos e outros países para que invertam no México seus capitais. Outorgaremos toda classe de garantias a essas inversões"<sup>64</sup>. Miguel Alemán, pouco depois de tomar posse, declarou que o capital estrangeiro seria bem-vindo ao México e, de fato, deu toda classe de garantias a esses inversionistas, que responderam invertendo maciçamente no país. O presidente Adolfo Ruiz Cortines adotou uma posição distante em relação ao capital estrangeiro, mas não tomou nenhuma medida prática para a sua limitação e, assim, o capital estrangeiro continuou chegando na mesma proporção que no período anterior. "Convém que se agregue ao capital nacional para a realização de obras de transcendência e benefício coletivo imediato, as entradas de capitais estrangeiros submetidas às nossas leis. Aceitamos com prazer colaborações dessa classe; mas recusamos outorgar em troca qualquer privilégio. Oferecemos aos estrangeiros facilidades legítimas e oportunidades de participação com os mexicanos"<sup>64</sup>. Seu Secretário da Economia acrescentava: "As inversões estrangeiras constituem uma necessária ajuda para o nosso programa de aceleração do crescimento econômico já que este requer consideráveis quantidades de capital que ultrapassam às vezes nossas exigências"<sup>65</sup>.

Adolfo Lopes Mateos teve uma política conseqüente ante o capital estrangeiro, pelo menos quando comparado com os três presidentes anteriores; assinalou ao capital estrangeiro um papel complementar ao nacional, obrigou muitas indústrias dedicadas somente à montagem — principalmente as automotrizes — a uma maior integração nacional; nacionalizou a indústria elétrica e indicou que o capital estrangeiro deveria cumprir um papel importante na industrialização do país, em associação com o capital nacional. "Em matéria de

inversão estrangeira adotamos o critério de que toda empresa provedora de matéria-prima ou produto fundamental tenha maioria de capital mexicano"<sup>66</sup>.

Gustavo Diaz Ordaz suavizou o controle sobre o capital estrangeiro, implantando uma política mais liberal. "Para que o desenvolvimento econômico afirme a sua independência, não diminua ou congele as condições de vida do nosso povo e adquira uma velocidade suficiente, é preciso contar com os recursos provenientes do exterior, mas hierarquizados em conformidade com necessidades e objetivos nacionais precisos"<sup>67</sup>. No pior estilo desenvolvimentista, abriu as portas ao capital estrangeiro. Durante a sua presidência, foi realizada a "mexicanização" da mineração, como consequência fundamental da política do regime anterior e da pressão exercida pela CANACIN-TRA<sup>68</sup>.

O atual presidente tem tratado de retomar a política marcada por Lopez Mateos relacionada ao capital estrangeiro, definindo caminhos específicos para a inversão. Nos primeiros dias de seu governo, Echeverría declarou: "Chegou ao governo um grupo de homens que pensam que é necessário modificar a estratégia do desenvolvimento econômico do México. Pela luta econômica e industrial e pelo crescimento da nossa população — falando sem rodeios — necessitamos grandes capitais nacionais e estrangeiros e altas tecnologias para progredir. Mas o grande capital e a alta tecnologia requerem amplos dividendos; e se não compensamos a saída dos dividendos e dos lucros para o estrangeiro através de novas inversões e explorações, correremos o perigo de produzir em poucos anos um desequilíbrio na Balança de Pagamentos e portanto uma recessão econômica"<sup>69</sup>. A promulgação da lei que regula a inversão estrangeira, assim como a referente à tecnologia, são os principais êxitos do seu governo, em matéria de inversões estrangeiras.

Tanto no transcurso dos diferentes governos, bem como em cada um *de per si*, se observa o que se afirmou antes, ou seja, um reconhecimento, às vezes velado, às vezes franco, da necessidade que o país tem do capital imperialista e, por outro, a defesa da autonomia nacional. No transcurso do tempo, notam-se algumas flutuações importantes, por exemplo, de Avila Camacho a Alemán, ou de Lopez Mateos a Diaz Ordaz, quando a política sobre o capital estrangeiro parece mudar radicalmente. No primeiro caso, a explicação pode estar na passagem da Segunda Guerra para a "Guerra Fria", além da industrialização crescente do país. No segundo caso, talvez o que mais influenciou na determinação da mudança foi a forte crise que provocou a política de Lopez Mateos, que gerou uma reação violenta do conjunto da burgue-

sia, o que obrigou a uma transformação, para proteger o sistema político de uma maior crise. Não deixa de ser interessante que, depois de Diaz Ordaz, Echeverría tente novamente a política reformista de Lopez Mateos e, em ocasiões, mais radical, ao menos verbalmente, e esta reedição do reformismo em tão curto prazo bem pode indicar que se trata de uma necessidade estrutural, tal e como foi sugerido por Echeverría nas citações anteriormente reproduzidas.

Está fora de nosso interesse dar uma explicação das mudanças; simplesmente, desejamos evidenciar que a contradição que se opera no Estado mostra-se, de uma maneira clara, na sua própria política, demonstrando taxativamente as limitações da autonomia do Estado frente à sociedade, ou melhor, frente às classes sociais em luta.

Ao lado do Estado, e pressionando constantemente, se colocou o grupo da burguesia nacional, organizado na CANACINTRA e que bem pode ser considerado como o autor principal na luta contra o imperialismo, a partir de 1940. A CANACINTRA, desde a sua fundação, em 1941, e até o momento, quando possui mais de 18 mil indústrias filiadas, mantém uma política nacionalista e de colaboração com o Estado. Seus estudos sobre as inversões estrangeiras na mineração e nas indústrias geradoras de eletricidade devem ser considerados como antecedentes das nacionalizações levadas a cabo nos ditos setores<sup>70</sup>; da mesma maneira, a sua constante denúncia dos danos que causa ao país a inversão estrangeira, tarefa na qual se uniram muitos intelectuais pequenos burgueses que sonhavam com o desenvolvimento autônomo do país, foi um importante fator para alcançar a regulamentação dessa matéria.

Já em 1945, quando se celebrou a Conferência Interamericana para o Estudo dos Problemas da Guerra e da Paz, a CANACINTRA, que formava parte da delegação mexicana, se opôs à proposição norte-americana que pretendia introduzir o livre-câmbio na América Latina, o qual, de acordo com a tese da citada Câmara, seria uma ameaça contra os esforços para industrializar o país, perpetuando sua situação agrário-mineira. Igualmente, se opôs e denunciou o tratado comercial que foi firmado entre o México e os Estados Unidos em 1942, onde era sugerida ao México que se dedicasse principalmente a tarefas agro-mineiras. Esse tratado foi revogado em 1950, em virtude dos esforços realizados pela CANACINTRA. Em 1947, criticou fortemente a Carta do Comércio e Emprego das Nações Unidas, por considerar que continha o perigo de manter o atual estado econômico mundial, que supõe a existência de países desenvolvidos e países coloniais fornecedores de matéria-prima e produtos naturais, de impedir de forma definitiva o desenvolvimento do México e a sua capitalização interna e de provocar

a morte de numerosas indústrias de transformação já estabelecidas. De acordo com a CANACINTRA, a Carta de Havana, longe de dar garantias aos países importadores de capital, se ocupava fundamentalmente de prestar proteção aos interesses dos exportadores de capital<sup>71</sup>.

Sobre a inversão estrangeira, a sua posição não se constitui em uma recusa absoluta; opõe-se na medida em que pode ser destruída por ela, e propõe medidas destinadas a evitar a competição do capital imperialista. Mas, ao mesmo tempo, defende a tese de que a inversão estrangeira é indispensável ao país em sua luta pelo desenvolvimento econômico. Esta posição ambígua, que se apóia na fragilidade e na ineficiência deste setor da burguesia, levou-a a recorrer à proteção do Estado associando-se a ele, formando, assim, uma aliança entre a burguesia débil e ineficiente, que trata de aumentar suas prerrogativas, e o Estado que pretende manter a autonomia do país ou, ao menos, não perder mais terreno para o imperialismo<sup>72</sup>.

Os outros setores da burguesia ou se manifestam contra a intervenção do capital estrangeiro no terreno que afeta seus interesses imediatos, ou, então, estão a favor da penetração do imperialismo.

Em 1956, quando se iniciava a penetração da inversão estrangeira no comércio, Juan Sanchez Navarro, então Conselheiro da CONCANACO, escrevia sobre as inversões estrangeiras no país e, particularmente, no comércio; depois de apresentar todas as vantagens e benefícios que, segundo sua opinião, iriam trazer as inversões estrangeiras, interpreta de maneira distinta esse tipo de participação no comércio: "Em um sentido estrito — escreve — a atividade comercial por não ser criadora de bens de capital ou bens de consumo, mas apenas um canal para a distribuição desses bens e de intercâmbio de serviços, não parece ser atividade mais propícia e adequada para a inversão estrangeira cuja principal função deve ser a de acrescentar ao ingresso nacional novas indústrias básicas associadas com os empresários nacionais. Além disto, este tipo de inversão estrangeira não pode ser considerado indispensável ou necessário para a economia mexicana"<sup>73</sup>.

No congresso da CONCANACO, celebrado no mesmo ano, se acrescentou ao raciocínio anterior: "O resultado final de uma política de inversões estrangeiras em matéria de comércio, totalmente ampliada ou limitada, seria o deslocamento do comércio nacional pelas novas empresas estrangeiras, apoiadas na força do seu capital financeiro, o que não favorece o desenvolvimento da economia do país nem aumenta o ingresso individual dos mexicanos, melhorando seu nível de vida que é em última estância o objetivo do progresso econômico da nação"<sup>74</sup>.

Não é difícil compreender a necessidade de proteção dos inte-

resses nacionais contra a inversão estrangeira. O que surpreende é o pacto realizado com os negociantes norte-americanos em março do mesmo ano. Reproduziremos parte do documento, para que o leitor observe a posição da CONCANACO e de seu conselheiro.

"O Comitê Mexicano-Americano de Homens de Negócios, considera que a Seção Mexicana expressou a conveniência da inversão estrangeira para fomentar o desenvolvimento do país e elevar o nível de vida de seus habitantes. (...) e faz as seguintes recomendações:

PRIMEIRA. Que o capital estrangeiro — cuja função consiste em acelerar o desenvolvimento econômico do México e elevar o nível de vida dos seus habitantes — deve ser considerado como complemento do capital doméstico.

QUARTA. Que o grau de participação do capital estrangeiro deve ser determinado considerando os fatores particulares de cada caso, observando a natureza da empresa, a área e o setor de inversão.

QUINTA. Que é conveniente que, na direção técnica e administrativa das empresas que se organizem com tais propósitos, participem mexicanos, pela conveniência deste sistema frente aos interesses mistos que se conjugaram.

SÉTIMA. Que também é agradável reconhecer a conveniência do exposto pela Seção Mexicana no sentido de que a absoluta liberdade de movimentos de capital e de suas utilidades, constituem um dos aspectos mais atraentes para o inversionista"<sup>75</sup>.

Como se pode notar, depois de terem vendido a alma ao diabo, os comerciantes queriam salvar seus interesses, tratando de convencer o imperialismo que a inversão no comércio não era boa no país, nem para os interesses do povo nem, afinal, para os próprios comerciantes.

Depois de sua pregação para a não intervenção no comércio, as inversões estrangeiras chegaram, indiferentes às súplicas dos comerciantes, e estes, domesticados, nunca mais voltaram a protestar, mas, exatamente ao contrário, se calaram.

A mesma posição de interesses isolados tem sido manifestada por outros setores da burguesia. Os banqueiros, que defendem tenazmente a necessidade das inversões do imperialismo para o desenvolvimento do país e a felicidade do povo do México, não guardaram suas expressões de júbilo quando, em 1965, por decreto presidencial, o capital dos Bancos foi mexicanizado<sup>76</sup>.

A burguesia agrícola também assume a mesma posição frente aos seus interesses, mesmo quando não se manifesta com frequência em relação à inversão estrangeira<sup>77</sup>.

Unicamente a CONCAMIN se destaca a este respeito do resto da burguesia, não se manifestando abertamente sobre o papel do capital estrangeiro e exigindo apenas que opere sem privilégios ou discriminações, ignorando o resto do problema. A razão é muito simples: esta organização é a mais penetrada pelo capital estrangeiro, basta dizer que as suas votações são feitas estabelecendo a proporção de votos em função da base econômica de cada câmara e, assim, quem tem a maior base controla a organização<sup>78</sup>.

Durante a reunião em que foi discutida a comunicação da Câmara Têxtil do Norte, os setores da burguesia favoráveis à inversão estrangeira manifestaram claramente a sua posição ao lado do capital estrangeiro, contra a intervenção do Estado. Isto contraria a tese da CANACINTRA de que os problemas devem ser resolvidos pela colaboração entre o Estado e a burguesia nacional. A posição da CONCAMIN, vigente até agora, consiste nas soluções surgidas na associação entre o capital privado nacional e o capital imperialista, mantendo o Estado a maior distância possível da economia<sup>79</sup>. Estão definidas, assim, duas alianças no seio da burguesia. Por uma parte, está o Estado e a burguesia industrial do grupo competitivo e, por outra, o imperialismo com seus aliados internos: os banqueiros, a burguesia industrial do grupo monopolista e a burguesia comercial. Os princípios do nacional, da autonomia nacional, etc, tão caros aos primeiros, não são nada além de conceitos vazios de significação para a burguesia associada.

É interessante recordar aqui como se comportou esta burguesia durante o governo de Adolfo Lopez Mateos, principalmente nos primeiros anos deste período, quando se efetuaram os principais conflitos.

Durante esse governo, ocorreu uma série de fatos que motivaram uma disputa entre o governo e a burguesia. Os fatos mais destacados são: *a*) o apoio à Revolução Cubana e o desacato à decisão da OEA para romper as relações com o regime de Fidel Castro; *b*) uma série de declarações no sentido de que a administração seguiria uma política de extrema esquerda dentro da Constituição; *c*) a imposição de tributo único para a educação, amplamente repudiado; *d*) a compra de uma série selecionada de empresas estrangeiras, entre elas as de energia elétrica, de cadeias de salas exibidoras de filmes, a parte majoritária da siderúrgica "La Consolidada", o que parecia indicar que o governo estava disposto a substituir as inversões estrangeiras por inversões públicas; *e*) a pressão sobre a indústria para forçar a substituição de importações, exercida por meio da política fiscal, anulando isenções de impostos ou retendo licenças para importação, etc; da mesma maneira, o governo pressionou às empresas estrangeiras para que aceitassem o regime de inversão mista.

Ante esta situação, a burguesia do país resolveu interpretar a política do governo para limitar os interesses estrangeiros como uma política contra toda burguesia e a propriedade privada. Assim, respondeu imediatamente, em atitude patriótica, iniciando a fuga de capitais. Nos anos de 1962 e 1963, esta fuga manifestou-se não só na conta de capitais da Balança de Pagamentos, mas também por uma enorme cifra negativa de "erros e omissões", que quase alcançou 200 milhões de pesos somente em 1961. "Somente os fortes créditos do Banco de Importação e Exportação — escreve Raymond Vernon — e de outras fontes públicas salvaram o peso mexicano da desvalorização<sup>80</sup>."

Conhecendo os verdadeiros interesses da burguesia, pode-se diagnosticar também a enorme fragilidade da solução adotada pelo Estado para reduzir a influência do imperialismo através da formação de empresas de capital misto. O beneficiado é o capital imperialista, que passa a gozar de uma série de facilidades e concessões, além de aliados importantes na área política, que defende fielmente os seus interesses. Assim, de nenhuma maneira a medida pode ser considerada adequada aos interesses do Estado e da burguesia associada a este último.

À guisa de conclusão, e resumindo os comentários anteriores, pode-se dizer que existem dois grupos que disputam a hegemonia política e econômica no país; de um lado, a burguesia imperialista e seus aliados nacionais e, de outro, o Estado, ou a burguesia do Estado, e seus aliados no setor privado burguês. Temos visto, também, que existem outros setores da burguesia que parecem ter uma aliança estabelecida com alguns dos grupos anteriores, especialmente a burguesia rural. É possível que a sua posição se derive do caráter de setor dominado por outros e, no momento, não temos interesse em especular para que lado se inclinaria no caso de um conflito entre os grupos principais.

Mais pertinente é esclarecer, novamente, que a oposição entre os setores da burguesia não se constitui em uma oposição contraditória, que implique que um elemento encontre a sua solução no outro; não se trata de que um polo se realize pela supressão do outro. Pelo contrário, os dois são imprescindíveis ao sistema; dentro dele disputam uma parcela maior ou menor de poder que não poderá ser absoluto. Poderia ser pensada uma eventual hegemonia para os consórcios multinacionais, a tal grau que levaria ao desaparecimento do Estado enquanto tal, mas seria uma análise muito prolongada, que pouco ajudaria a compreensão do presente.

O importante é o fato de que, na citada oposição, se realiza, socialmente falando, a contradição entre o Estado e o desenvolvimento

dependente; por isso, na medida em que se identifiquem as forças sociais de cada polo, como tentamos fazer, teremos melhores condições de compreender a dinâmica do país.

No caso do México, os extremos da contradição, encarnados pelas duas alianças que assinalamos, condicionam-se mutuamente e se limitam em seus interesses, e o predomínio de um sobre o outro corresponde a um lento processo, cuja tendência pode ser rompida em qualquer conjuntura, como se constatou no período cardenista. Enquanto o avanço do desenvolvimento dependente é constante, o que pode ser medido pelo capital estrangeiro na economia, a ação do Estado parece descontínua, realizada a saltos que estariam correspondendo a momentos críticos gerados no outro extremo da contradição. Não há uma ação conseqüente do Estado, nem poderia haver, dentro do capitalismo; mas trata-se de uma resposta acidental contra o capital estrangeiro ou, termos mais gerais, contra o imperialismo.

Deste modo, o Estado se depara com a contradição introduzida na razão do seu próprio ser, devendo impulsionar o desenvolvimento e, para isso, aceitando a dependência do imperialismo; mas, ao mesmo tempo, é necessário manter certo grau de autonomia do país e, por isso, deve limitar a influência do imperialismo.

A legislação sobre as inversões estrangeiras, sobre tecnologia, é uma mostra do caráter descontínuo da atuação do Estado no processo comentado acima. A irregularidade com a qual os distintos governos impõem norma sobre a inversão estrangeira é outra evidência de tal descontinuidade. Essas rupturas dão ao México a idéia de haver tido governos mais próximos ao capital estrangeiro que outros; e podemos concordar com isto, porque é, finalmente, no Estado onde encontramos os interesses das diferentes frações da burguesia encarnadas nos elementos que servem ao Estado; mas seria um erro primário pensar que as mudanças são devidas à troca de pessoas; o mais correto seria pensar que as mudanças nas relações sociais ou na economia determinam as mudanças das pessoas e de suas políticas. Seguindo este raciocínio, podemos dizer, hipotetizando, que, quando a economia do país se encontra no auge, sem pontos de estrangulamento evidentes, os governos parecem governar "mais próximos aos interesses da burguesia"; mas quando os problemas aparecem e as reformas se fazem necessárias, os governos distanciam-se da burguesia e, em ocasiões, chegam a se opor, e é aqui que toma sentido a frase de Engels, de que o Estado leva adiante os interesses da burguesia até contra ela mesma. Mas esta aparência de governos mais ou menos burgueses desaparece rapidamente quando se analisa o caráter das reformas. Estes períodos reformistas podem transfigurar ainda mais a realidade, caso se apresentem como

respostas ideológicas a interesses das classes dominadas, levando muitos a opinar que estão tratando com um "bom governo", que deve ser apoiado. Isto é falso; as classes dominadas, no México, somente receberam alguma coisa através de suas próprias lutas.

O certo é que a ambigüidade do governo, se não é totalmente originada por sua relação com o capital externo, esta é muito importante para sua explicação. Esta afirmação provém do nosso conceito sobre as forças sociais mais importantes no interior da classe dominante mexicana que, como tentamos demonstrar, são a burguesia de Estado e a burguesia imperialista.

A burguesia nacional desempenha, como vimos, um papel secundário, como aliado de um ou de outro grupo, de acordo com o maior lucro oferecido e, além disto, buscando maior segurança sobre suas propriedades, ponto fundamental para ela. A burguesia monopolista se opõe à intervenção do Estado e a competitiva ao capital estrangeiro, exatamente pela mesma razão: para salvaguardar seus interesses e suas propriedades. O nacionalismo, tantas vezes apregoado, não existe realmente para a burguesia, sendo que, para ela, o importante é a possibilidade de continuar explorando a classe trabalhadora e acumulando a mais-valia que suga; e não lhe interessa se isto se dá dentro de uma nação, dentro de uma colônia ou dentro de um protetorado *yankee*, desde que sempre seus interesses imediatos não sejam afetados.

Para a classe política que controla o Estado, e especialmente para a burguesia do Estado, isto à parte do pessoal colocado nos postos de direção das empresas públicas, a alternativa não é tão simples; para ela, como para o Estado em geral, o predomínio do capital estrangeiro implica na perda de suas funções, em sua submissão a outro Estado, ou na perda de seu poder econômico e, portanto, de seus privilégios. Para o Estado Mexicano, o nacionalismo é uma realidade.

Na medida em que a burguesia associou-se ao capital estrangeiro e passou a defender os interesses deste último, não se abre outra perspectiva ao Estado na sua luta contínua de defesa da autonomia do país, senão o seu controle cada vez maior do sistema produtivo. Isto parece reforçar-se no fato de que as novas empresas que são exigidas para a obtenção de uma maior integração do parque industrial do país — fundamentalmente bens de capital — necessitam de grandes somas de capital, de que a burguesia nacional, quer individualmente ou em grupos, não parece dispor. Assim, o Estado terá que intervir mais amplamente, inclusive realizando associações com o capital estrangeiro. É possível que os excedentes que futuramente se obtiverem do petróleo venham a reforçar esta tendência. Não obstante, para tratar

este problema com alguma precisão, seriam necessárias muitas páginas mais e, não sendo possível, nos limitamos apenas a indicar o fato.

São Paulo, novembro de 1974.

Tradução de *Maria Marcia Smith de Durand*.

## NOTAS

- (1) Veja-se a carga de Engels a Marx, de 13 de abril de 1866, citada por Franz Mehring - *Carlos Marx, El Fundador del Socialismo Científico*, Biblioteca de grandes biografias, Ed. Claridad, 3ª ed., Buenos Aires, 1965, pág. 271.
- (2) F. Engels - "Prefacio a la guerra campesina em Alemania", in C. Marx e F. Engels - *Obras Escogidas*, em dois tomos, Ed. Progreso, Moscou, s/d., tomo I, pág. 622.
- (3) Isto não exclue que as classes pré-capitalistas ao nível das dominadas continuem existindo; o *ejido* é o maior exemplo que, inclusive, foi recriado pela reforma agrária.
- (4) Quando falamos aqui de burguesia, nos referimos às correntes mais poderosas; mais adiante veremos que existem diferenças internas muito importantes, e alguns setores escapam à tendência aqui apontada, mas são incapazes de serem hegemônicas.
- (5) Poulantzas escreve com clareza a respeito da burguesia de Estado: "*la burocracia puede, por médio del Estado, constituirse un lugar propio en las relaciones existentes de producción, o hasta en las relaciones aún-no-dadas de producción. Sin embargo, no constituye entonces una clase en cuanto burocracia, sino en cuanto clase efectiva*". *Clases Sociales y Poder Político en el Estado Capitalista*, Siglo XXI Editores, México, 1969, pág. 437.
- (6) "*Sin embargo, por excepción, hay períodos en que las clases en lucha están tan equilibradas, que el poder del Estado, como mediador aparente, adquiere cierta independéncia momentanea respecto a una y otra*" - *El Origen de la Familia, la Propriedad Privada y el Estado*, in C. Marx y F. Engels, ob. cit., tomo II, pág. 315.
- (7) Mais adiante esclareceremos o sentido da burguesia estatal; no momento, podemos indicar que fazemos referências aos setores da burocracia que administram as empresas de propriedade pública, enquanto exploram trabalho assalariado, não distinguindo, por enquanto, o destino da mais-valia obtida em tais empresas.
- (8) Luiz Magalhães - *De Juarez a Camacho*, Ed. Panamericana, Rio de Janeiro, 1945, pág. 121.
- (9) Gerrit Huizer - *Los Movimientos Campesinos en México*, Centro de Investigaciones Agrárias, documento preliminar, México, 1968, pág. 57.
- (10) Idem., pág. 63.
- (11) Lúcio Mendieta y Nunes, *El problema Agrario de México*, Ed. Porrúa, México, 1964, pág. 415.
- (12) Luiz Magalhães, ob. cit., pág. 147. Sobre a idéia do desenvolvimento e autonomia do país, veja-se o discurso que pronunciou no dia 14 de fevereiro de 1942, durante os festejos do 4º Centenário da Fundação de Guadalajara. Idem, págs. 205-211.
- (13) Idem., pág. 316.
- (14) Idem., pág. 316.

- (15) Para uma exposição mais detalhada desta legislação, veja-se: NAFINSA e CEPAL - *La Política Industrial en el Desanollo Económico de México*, 1971, págs. 166 a 186.
- (16) Idem., pág. 176.
- (17) Leopoldo Solís - *La Realidad Económica Mexicana: Retrovisión y Perspectivas*, Siglo XXI Editores, México, D.F., 2ª ed., 1971, pág. 36 e segs. No relatório já citado de NAFINSA e CEPAL, se afirma que, a partir de 1955, a maioria das empresas beneficiadas tem sido de tipo moderno e com recursos muito superiores aos recursos do país; pág. 184.
- (18) NAFINSA CEPAL, ob. cit., pág. 188.
- (19) Para uma análise mais detalhada do proteccionismo, veja-se: Leopoldo Solís, ob. cit., pág. 226 e segs. NAFINSA e CEPAL ob. cit., cap. II, pág. 123 e segs. Timothy King, *México Industrialization and Trade Policies since 1940*, Oxford University Press, New York, London, Toronto, 1970, pág. 74 e segs.
- (20) Todos os presidentes, a partir de Avila Camacho, declararam que as inversões diretas no país são indispensáveis para o seu desenvolvimento e também todos mencionaram que este tipo de inversão deve ser complementar ao nacional, colaborar e não competir, etc.
- (21) "Iniciativa de Ley sobre Inversiones Extrajera", *Comercio Exterior*, Banco Nacional de Comercio Exterior, México, janeiro de 1973, págs. 16-25. Reprodução do texto da lei.
- (22) Roger Hansen - *La Política del Desanollo Económico*, Siglo XXI Editores, México, 1971, pág. 87.
- (23) Leopoldo Solís, ob. cit. pág. 282.
- (24) Este é o último ano sobre o qual temos dados a preços de 1950.
- (25) Consulte-se a respeito: C. Marx, *El Capital*, Ed. Fondo de Cultura Económica, três tomos, México, 1966, 4ª ed. tomo II, pág. 50.
- (26) Os dados citados foram obtidos de Leopoldo Solís, ob. cit., págs. 90-93, quadro III-I. As porcentagens foram calculadas a partir dos quadros apresentados.
- (27) Os dados e as indicações foram tomadas de Leopoldo Solís, "El sistema Financiero en 1980", em *El Perfil de México em 1980*, ob. cit., tomo II, págs. 75-87.
- (28) Para citar unicamente um dado significativo a respeito, a Nacional Financiera S/A, no ano de 1965, controlou recursos que alcançaram 25.000 milhões de pesos, representativos da quarta parte dos recursos que operou o sistema financeiro mexicano no citado ano. Veja-se L. Solís, "La Realidad Económica". . . , ob. cit., pág. 223.
- (29) Consulte-se: José Luis Ceceña - "A quien Sirve la Banca?", *Siempre*, 19 de setembro de 1965.
- (30) José Luis Cecena - "El poder de la Oligarquia, un Reto Frente al Poder Público", *Siempre*", 27 de outubro de 1965.
- (31) José Luis Cecena - "Ahora el Banco de Comercio", *Siempre*, 17 de novembro de 1965.
- (32) M. C. Tavares e J. Serra - *Más Alla del Estancamiento, Una Discusión sobre el Estilo de Desanollo Reciente de Brasil*, Mimeo, ELAS, Santiago de Chile, 1971, pág. 11.
- (33) A inversão estrangeira total em livros para o mesmo ano era de 2.300.000.000 dólares. Veja-se Miguel Wionczek - "La Inversión Extranjera Privada en México: Problemas y Perspectivas", *Comercio Exterior*, México, outubro de 1970.
- (34) Ricardo Cinta "Burguesia Nacional y Desarrollo", in *El Perfil de México en 1980*, ob. cit., pág. 187. Os dados do autor correspondem ao ano de 1965.

- (35) Mario Ramirez Rancano - *La Burguesia Industrial, Revelaciones de una Encuesta*, Ed. Nuestro Tiempo, Col. Los Grandes Problemas Nacionales, México, D. F., 1974.
- (36) *The Making of Multinational Enterprise*, Graduate School of Business Administration, Harvard University, Boston, 1969. Os dados foram tirados de: "a source book of tables based on a study of 187 mayor U.S manufacturing corporation", que forma parte do trabalho citado, págs. 1-8.
- (37) Para observar as repercussões políticas das corporações, consulte-se o excelente trabalho de Luciano Martins - "Política das Corporações Multinacionais na América Latina", em *Estudios CEBRAP*, n° 5, São Paulo, 1973, págs. 81-132.
- (38) 91 subsidiárias (22,0%) são controladas com mais de 50% das ações pelas corporações e 68 subsidiárias (16,5%) têm um controle menor por parte das corporações.
- (39) Em 1965, o Estado tinha 5,3% das maiores 938 empresas do país; 22% das 50 empresas mais importantes e duas empresas entre as 10 mais importantes eram de sua propriedade. Veja-se Ricardo Cinta. ob. cit., pág. 186.
- (40) Consulte-se Alonso Aguilar - "El Proceso de Acumulación del Capital", em A. Aguilar e F. Carmona, *México Riqueza y Miséria*, Ed. Nuestro Tiempo, Col. Los grandes problemas Nacionales, México, 1967, pág. 28.
- (41) O dado sobre a inversão estrangeira foi extraído de M. Wionczek, ob. cit., pág. 248.
- (42) É possível que a porcentagem seja exagerada, já que a classificação nacional não incorpora outros tipos de serviços, como, por exemplo, o turismo, onde há uma grande quantidade de capital estrangeiro, e na classificação apresentada por Wionczek este dado não está especificado.
- (43) Rodolfo Stavenhagen - *Las Clases Sociales en las Sociedades Agrarias, Siglo XXI*, ed. México, 1969, pág. 95. A afirmação de anti-constitucionalidade das propriedades da burguesia, parece ser discutível, já que a reforma alemã permite até 300 hectares.
- (44) Veja-se Salomón Eckstein - *El Marco Macroeconômico del Problema Agrário Mexicano*, Centro de Investigaciones Agrárias, documento preliminar, México, 1968, pág. VII; os dados foram tomados das páginas IX e X, correspondentes ao ano de 1960.
- (45) O valor da propriedade agrícola é composto da terra, do capital fixo e semifixo e do gado.
- (46) A segunda categoria inclui *ejidos*, por isso é uma categoria imprópria para expressar a concentração de capital.
- (47) Veja-se Salomón Eckstein, ob. cit., pág. XV.
- (48) Para o ano de 1968, a porcentagem da inversão estrangeira dedicada à agricultura era a mais baixa de todas, alcançando apenas 0,69%. Veja-se S. Ramos e M. R. Rancano - "México: Mecanismos de Explotación de una Sociedad Dependiente", *Revista Mexicana de Sociología*, julho, setembro, outubro e dezembro de 1972.
- (49) Sobre a Anderson Clayton, consultar: *Prensa Latina, Panorama Económico latinoamericano*, 1965, "México: El monopolio blanco", págs. 497 e segs.
- (50) S. Eckstein, ob. cit., XV e XVI.
- (51) Nesta organização participam também membros do chamado grupo competitivo; no entanto, é absolutamente dominada pelo grupo monopolista, do qual participam nacionais e estrangeiros.
- (52) Para uma análise de algumas das organizações assinaladas, consultar o trabalho de Mario A. Alcazar - *Las agrupaciones Patronales em México*, El Colégio de México, 1970.

- (53) Ver R. Hansen - *La Política del Desarrollo Mexicano*, Siglo XXI, ed., México, 1971, pág. 143.
- (54) A falta de poder político é uma conseqüência da sua posição estrutural, mas também permite que esta não possa ser modificada.
- (55) As notícias sobre este tipo de conflito são lidas todos os dias nos jornais, e sua transcrição é desnecessária.
- (56) "CONCANACO, quatro décadas de vida", 1917/57; texto de Júlio Riquelme Inda, México, D.F., 1957, págs. 107 e 109.
- (57) "La CONCAMIN através de sus informes anuales rendidos por sus presidentes a las asambleas generales ordinárias, 1919/69", dois tomos, CONCAMIN, México, 1970, tomo I, pág. 359.
- (58) Para maiores esclarecimentos, consultar os depoimentos feitos durante a Convenção Bancária de 1958, transcritos por *El Exelsior*, de 15 de abril de 1958.
- (59) Consultar CONCANACO, ob. cit., pág. 95; Marco Antonio Alcazar, ob. cit., pág. 28. Outro elemento importante da oposição da burguesia foi a criação da Cia. Exportadora e Importadora Mexicana S/A. Veja-se CONCAMIN, ob. cit., pág. 378; CONCANACO, ob. cit., pág. 95. Estes são somente alguns dos exemplos mais evidentes.
- (60) Veja-se Marco A. Alcazar, ob. cit., pág. 40.
- (61) Veja-se meu trabalho - "México Dependencia o Independencia em 1980", in *El Perfil de México*, ob. cit., págs. 224-225.
- (62) "Aspectos Económicos do Discurso de Toma de posesión del Presidente de México", in *Comercio Exterior*, dezembro 1970, pág. 978.
- (63) Entrevista com correspondentes estrangeiros no dia 22 de fevereiro de 1940, *El Nacional*, 23 de fevereiro de 1940.
- (64) Mensagem do presidente ao Congresso, no dia 1º de setembro de 1956, em "Los Presidentes de México ante la Nación", tomo V, pág. 622.
- (65) Gilberto Loyo - "La Política Oficial Respecto a las Inversiones Extranjeras", in *Comercio Exterior*, agosto de 1956, México, pág. 344.
- (66) Mensagem ao Congresso, no dia 19 de setembro de 1959, "Los Presidentes de México ante la Nación", ob. cit., pág. 697.
- (67) Banco Nacional de Comercio Exterior, México, 1966, "Hechos Cifras, Tendencias", México, 1966, pág. 173.
- (68) Basta recordar que a Lei de Mineração, que prevê "a mexicanização", foi promulgada em 1962.
- (69) "Declaración del Presidente de México ante los Inversionistas Nacionales y Extranjeros", em *Comercio Exterior*, dezembro 1970, pág. 982.
- (70) Veja-se a respeito M. Wionczek - *El Nacionalismo Mexicano y la Inversión Extranjera*, Siglo XXI, ed. México, 1967.
- (71) Veja-se Mario A. Alcazar, ob. cit., pág. 34.
- (72) A posição reformista da CANACINTRA continua a mesma, como pode ser observado na seguinte declaração do seu presidente, em 1971: "*México tiene planteado los imperativos de elevar os niveles de vida de sus habitantes, lo que implica distribuir em todo territorio da industrialización, para lo cual los recursos externos regulados y ajustados a su caracter de complementariedad, servirán al efecto, con mayor eficiencia a equilibrar las fuerzas entre inversor nacional y las grandes corporaciones internacionales, la dependência tecnológica y la previsión de dificultades en la balanza de pagos. Como una aproximación para el aprovechamiento inteligente de los recursos externos, esta institución plantea se suprima la entrada indiscriminada de tales recursos que ahora inciden particularmente dentro de las industrias más dinâmicas y su asiento predominantemente urbano, además de la aportación tecnica muchas vezes resulta insignificante y se desplaza o absorbe procesos mexicanos de gran tradi-*

- ción tecnológica, como en la rama de la alimentación". Agustín Fouque Diaz, "Informe General Anual Ordinário", México, CANACINTRA, 1971, pág. 137.*
- (73) Juan Sanchez Navarro - "Ensayo sobre una Política de Inversión Extranjera en México", *Revista Fiscal y Financiera*, volume XVI, n° 103, 31 de janeiro de 1956, pág. 20.
- (74) Camara Textil del Norte, "Las inversiones extranjeras y el desarrollo económico de México", *Problemas Agrícolas e Industriales de México*, n°s 1-2, vol. IX, 1957, pág. 71.
- (75) "CONCANACO, quatro décadas de vida", ob. cit., págs. 208-209.
- (76) Veja-se Raul A. Ollervides, "Sobre la Nacionalización e la Inversión de Capitales Extranjeros", CNIT, México, 1966, pág. 35.
- (77) Veja-se as queixas de Octaviano L. Longoria, presidente das empresas algodoeiras, contra a ACCO. *México: El monopolio Blanco*, ob. cit., pág. 501.
- (78) Narciso Bassols - *La Revolución Mexicana Cuesta Abajo*, México, 1960, pág. 207. O autor afirma que o capital estrangeiro domina a CONCAMIN.
- (79) Em outubro de 1972 o presidente da CONCAMIN, Alejandro Alvarez Guerrero, declarou o seguinte sobre as inversões estrangeiras: ". . . esas opiniones - referindo-se às críticas feitas às inversões estrangeiras - *proviene de quienes no comprenden los beneficios que esta inversión trae al desarrollo de un país cuando se apega a las leyes, aporta tecnología, cumple su función complementaria al ahorro nacional no desplazando los existentes; fomentando exportaciones y se asocia en bases justas con el capital mexicano para compartir riesgos, esfuerzos e beneficios.*" *El Excelior*, 14 de dezembro de 1972, tomado de M. Ramirez Rancano, ob. cit., pág. 83.
- (80) Raymond Vernon, *El Dilema del Desarrollo Económico Mexicano*, ed. Diana, México, 1966, pág. 138. Em outras oportunidades, a burguesia tem demonstrado seus verdadeiros interesses, como em 1950, frente à legislação de emergência; consulte-se N. Bassols, ob. cit., pág. 188 e segs. Isto se repete atualmente frente às reformas que estão sendo empreendidas pelo regime.